

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	11
DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	12
Demonstração de Valor Adicionado	13
Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	16

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	61
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	62
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	63

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	86.371
Preferenciais	0
Total	86.371
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	27/03/2020	Juros sobre Capital Próprio	08/04/2020	Ordinária		1,92210
Assembléia Geral Ordinária	27/03/2020	Dividendo	08/04/2020	Ordinária		0,76960

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	59.121.464	58.630.771
1.01	Ativo Circulante	13.103.824	13.326.453
1.01.01	Disponibilidades	168.291	168.525
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.528.432	3.376.358
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	3.116.273	3.275.927
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	412.159	100.431
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	2.024.355	1.747.783
1.01.03.01	Carteira Própria	1.619.023	1.362.688
1.01.03.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	255.901	242.819
1.01.03.03	Vinculados à Prestação de Garantias	149.431	142.276
1.01.04	Relações Interfinanceiras	562.018	526.650
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	35.161	508
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	526.144	525.291
1.01.04.03	Correspondentes	713	851
1.01.06	Operações de Crédito	5.034.836	5.082.117
1.01.06.01	Setor Público	72.916	75.318
1.01.06.02	Setor Privado	5.268.918	5.336.977
1.01.06.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-306.998	-330.178
1.01.08	Outros Créditos	1.755.617	2.395.068
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	1.102.039	855.128
1.01.08.02	Rendas a Receber	20.993	18.319
1.01.08.03	Negociação e Intermediação de Valores	20	20
1.01.08.04	Diversos	725.976	1.611.362
1.01.08.05	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-93.411	-89.761
1.01.09	Outros Valores e Bens	30.275	29.952
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	16.624	15.412
1.01.09.02	(Provisões para Desvalorizações)	-581	-581
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	14.232	15.121
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	45.779.410	45.071.845
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	37.985.754	37.942.241
1.02.02.01	Carteira de Própria	35.972.208	36.056.160
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	1.425.877	1.304.444
1.02.02.03	Vinculados a Prestação de Garantias	581.661	575.692
1.02.02.04	Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação	6.008	5.945
1.02.03	Relações Interfinanceiras	75.831	74.903
1.02.03.01	Tesouro Nacional - Recursos do Crédito Rural	0	152
1.02.03.02	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	75.831	74.751
1.02.05	Operações de Crédito	4.225.606	4.348.997
1.02.05.01	Setor Público	468.852	370.603
1.02.05.02	Setor Privado	3.989.525	4.252.385
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-232.771	-273.991
1.02.07	Outros Créditos	3.492.219	2.705.704
1.02.07.01	Diversos	3.519.667	2.733.058

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1.02.07.02	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-27.448	-27.354
1.03	Ativo Permanente	238.230	232.473
1.03.01	Investimentos	1.592	1.592
1.03.01.04	Outros Investimentos	6.878	6.878
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-5.286	-5.286
1.03.02	Imobilizado de Uso	235.917	230.318
1.03.02.01	Imóveis de Uso	281.360	174.027
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	321.166	314.731
1.03.02.03	(Depreciações Acumuladas)	-366.609	-365.572
1.03.02.04	Reavaliações de Imóveis de Uso	0	107.132
1.03.04	Intangível	721	563
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	721	563

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	59.121.464	58.630.771
2.01	Passivo Circulante	15.319.712	13.619.087
2.01.01	Depósitos	6.159.378	5.870.828
2.01.01.01	Depósitos a Vista	339.045	405.302
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	2.742.916	2.633.831
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	1.310.899	1.165.021
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	1.766.518	1.666.674
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	1.680.625	1.545.801
2.01.02.01	Carteira Própria	1.680.625	1.545.801
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	11.500	46.107
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	11.500	46.107
2.01.04	Relações Interfinanceiras	32.753	429
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	32.753	429
2.01.05	Relações Interdependências	4.095	3.493
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	3.992	3.381
2.01.05.02	Transferência Interna de Recursos	103	112
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	1.100.078	881.557
2.01.06.01	Empréstimo no Exterior	1.100.078	881.557
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	139.707	102.555
2.01.07.01	Tesouro Nacional	285	168
2.01.07.02	BNDES	121.161	88.080
2.01.07.03	FINAME	18.261	14.307
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	70.087	57.504
2.01.09	Outras Obrigações	6.121.489	5.110.813
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	49.923	1.699
2.01.09.02	Carteira de Câmbio	2.993	1.354
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	359.817	337.855
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	313.595	951.086
2.01.09.05	Negociação e Intermediação de Valores	153	153
2.01.09.06	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	2.839.440	1.193.931
2.01.09.07	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	0	250.000
2.01.09.08	Diversas	2.555.568	2.374.735
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	38.184.703	39.584.279
2.02.01	Depósitos	6.120.384	6.379.026
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	6.120.384	6.379.026
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	5.984	5.924
2.02.02.01	Carteira Própria	5.984	5.924
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.020.413	1.065.182
2.02.07.01	Tesouro Nacional	229	337
2.02.07.02	BNDES	993.857	1.030.853
2.02.07.03	FINAME	26.327	33.992
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	447.909	374.358
2.02.09	Outras Obrigações	30.590.013	31.759.789
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	452.408	401.124

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2.02.09.02	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	21.599.793	22.462.547
2.02.09.03	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	2.582.973	2.545.199
2.02.09.04	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.295.889	1.301.040
2.02.09.05	Diversas	4.658.950	5.049.879
2.05	Patrimônio Líquido	5.617.049	5.427.405
2.05.01	Capital Social Realizado	5.569.988	3.813.000
2.05.03	Reservas de Reavaliação	13.712	13.726
2.05.03.01	Ativos Próprios	13.712	13.726
2.05.04	Reservas de Lucro	894.457	2.651.514
2.05.04.01	Legal	394.525	394.525
2.05.04.02	Estatutária	499.932	2.256.989
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.110.708	-1.050.835
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-1.110.708	-1.050.835
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	249.600	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.314.607	1.293.954
3.01.01	Operações de Crédito	624.656	495.403
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	421.108	692.008
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	0	30.110
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	263.476	70.485
3.01.05	Resultado de Aplicações Compulsórias	5.367	5.948
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-878.985	-846.086
3.02.01	Operações de Captação no Mercado Aberto	-133.370	-286.904
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-657.532	-495.464
3.02.03	(Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa)	-88.083	-63.718
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	435.622	447.868
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	62.656	-18.262
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	660.290	616.012
3.04.02	Despesas de Pessoal	-529.019	-501.097
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-340.309	-308.155
3.04.04	Despesas Tributárias	-92.149	-80.048
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	700.505	587.901
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-336.662	-332.875
3.05	Resultado Operacional	498.278	429.606
3.06	Resultado Não Operacional	2.439	15.654
3.06.01	Receitas	2.888	16.281
3.06.02	Despesas	-449	-627
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	500.717	445.260
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-230.498	-29.707
3.09	IR Diferido	76.968	-108.740
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-19.534	-17.303
3.10.01	Participações	-19.534	-17.303
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	327.653	289.510
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	3,79355	3,35194

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	327.653	289.510
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-59.859	100.884
4.02.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	-559.851	166.285
4.02.02	Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	252.926	-67.374
4.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	25	3.953
4.02.04	Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	-11	-1.581
4.02.05	Ganhos e Perdas Atuariais Líquidos dos Efeitos Tributários	247.052	-399
4.03	Resultado Abrangente do Período	267.794	390.394

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2020 à 31/03/2020	Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	727.033	1.665.621
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	716.807	719.784
6.01.01.01	Lucro Líquido	327.653	289.510
6.01.01.02	Despesa de Depreciação e Amortização	3.129	2.941
6.01.01.03	Provisão Líquida para Créditos de Liquidação Duvidosa	83.625	63.247
6.01.01.04	Provisão Líquida para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	4.458	471
6.01.01.05	Provisão Líquida para Garantias Financeiras Prestadas (Risco do FNE)	182.875	96.834
6.01.01.06	Provisão Líquida para Garantias Financeiras Prestadas (Risco do FDNE)	-12	23
6.01.01.07	Provisão Líquida para Contingências	31.683	16.167
6.01.01.08	Provisão Líquida para Outras Contingências	29.614	6.479
6.01.01.09	Passivo Atuarial Benefícios Pós Emprego	88.933	66.433
6.01.01.10	Provisão Instrumento de Dívida Elegível a Capital	29.167	63.293
6.01.01.11	Reversão de Provisão de Juros sobre Instrumento de Dívida Elegíveis a Capital	-77	0
6.01.01.12	Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	3.213	4.355
6.01.01.13	Ativo Fiscal Diferido	-76.968	108.740
6.01.01.14	Reversão de Provisão para Perdas em créditos Vinculados (SFH- Sistema Financeiro da Habitação)	-25	-24
6.01.01.15	Atualização Instrumento de Dívida Elegível a Capital	2.429	2.625
6.01.01.16	Provisão para Encargos sobre a Emissão de Letras Financeiras	9.413	0
6.01.01.17	Atualização Monetária sobre Depósitos Recursais	-3.988	-3.267
6.01.01.18	Reversão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	0	-32
6.01.01.19	Atualização Monetária de Dividendos e JCP	1.685	1.989
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	10.226	945.837
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-311.728	1.213
6.01.02.02	Relações Interfinanceiras e Interdependência	-3.345	17.841
6.01.02.03	Operações de Crédito	87.047	176.172
6.01.02.04	Outros Créditos	186.131	300.952
6.01.02.05	Outros Valores e Bens	702	-1.173
6.01.02.06	Depósitos	26.695	-462.339
6.01.02.07	Captação no Mercado Aberto	134.884	79.112
6.01.02.08	Recurso de Aceite Emissão de Títulos	-34.606	34.038
6.01.02.09	Obrigações por Empréstimos e Repasses	297.039	-43.579
6.01.02.10	Outras Obrigações	-115.079	913.820
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Pagos	-257.514	-40.112
6.01.02.12	Instrumentos Financeiros e Derivativos	0	-30.108
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-636.920	-1.266.050
6.02.01	Inversões em Imobilizado de Uso	-8.990	-6.241
6.02.02	Inversões em Intangível	-158	0
6.02.03	Inversões em Bens Não de Uso Próprio	-1.024	-30
6.02.04	Alienação de Imobiliário de Uso	262	224
6.02.05	Alienação de Bens de Uso Próprio	0	3.053

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.02.06	Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	-627.010	-1.263.056
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-250.000	0
6.03.02	Amortização do Instrumento da Dívida Elegível a Capital Principal	-250.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-159.887	399.571
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.444.451	7.615.109
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.284.564	8.014.680

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	3.813.000	0	13.726	2.651.514	0	-1.050.835	5.427.405
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	3.813.000	0	13.726	2.651.514	0	-1.050.835	5.427.405
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	327.653	0	327.653
5.05	Destinações	0	0	0	-69	-78.067	0	-78.136
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-78.067	0	-78.067
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	-69	0	0	-69
5.05.03.01	Transferência para Pagamento Dividendos Complementares Exercício de 2019 (AGO 27.03.2020)	0	0	0	-69	69	0	0
5.05.03.02	Provisão para Dividendos Complementares 2019	0	0	0	0	-69	0	-69
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-14	0	14	-59.873	-59.873
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-306.925	-306.925
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-14	0	14	0	0
5.07.05	Ganhos e Perdas Atuariais (Líquido dos Efeitos Tributários)	0	0	0	0	0	247.052	247.052
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	1.756.988	0	0	-1.756.988	0	0	0
5.08.01	Transferência para Aumento de Capital (em Homologação)	1.756.988	0	0	-1.756.988	0	0	0
5.13	Saldo Final	5.569.988	0	13.712	894.457	249.600	-1.110.708	5.617.049

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.844.000	0	11.592	2.277.391	28.471	-950.962	4.210.492
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	2.387	0	0	0	2.387
5.03	Saldo Ajustado	2.844.000	0	13.979	2.277.391	28.471	-950.962	4.212.879
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	289.510	0	289.510
5.05	Destinações	0	0	0	0	-68.240	0	-68.240
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-68.240	0	-68.240
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-15	0	15	98.512	98.512
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	98.911	98.911
5.07.04	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-399	-399
5.07.05	Estorno e Realização da Reserva de Reavaliação Res. CMN N° 4.535 (Líquido dos Efeitos Tributários)	0	0	-15	0	15	0	0
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	13.964	2.277.391	249.756	-852.450	4.532.661

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	2.253.095	2.116.928
7.01.01	Intermediação Financeira	1.314.607	1.293.954
7.01.02	Prestação de Serviços	660.290	616.012
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-88.083	-63.718
7.01.04	Outras	366.281	270.680
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-790.902	-782.368
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-326.735	-296.383
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-22.016	-22.996
7.03.02	Serviços de Terceiros	-195.392	-160.261
7.03.04	Outros	-109.327	-113.126
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.135.458	1.038.177
7.05	Retenções	-3.129	-2.941
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.129	-2.941
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.132.329	1.035.236
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.132.329	1.035.236
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.132.329	1.035.236
7.09.01	Pessoal	477.658	450.629
7.09.01.01	Remuneração Direta	318.282	312.989
7.09.01.02	Benefícios	136.324	115.545
7.09.01.03	F.G.T.S.	23.052	22.095
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	316.573	286.266
7.09.02.01	Federais	306.405	276.713
7.09.02.02	Estaduais	6	20
7.09.02.03	Municipais	10.162	9.533
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.445	8.831
7.09.03.01	Aluguéis	10.445	8.831
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	327.653	289.510
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	78.067	68.240
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	249.586	221.270

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

O BNB contratou o valor de R\$ 7,4 bilhões no primeiro trimestre de 2020, envolvendo 1.171.427 operações de empréstimos e financiamentos de operações de crédito, apresentando crescimentos de 2,8% na quantidade de operações e 5,6% no valor contratado em relação ao primeiro trimestre de 2019.

Os recursos envolvidos em operações de crédito de longo prazo foram, em sua maioria, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). No primeiro trimestre de 2020 foi contratado o montante de R\$ 4,6 bilhões com recursos do Fundo, tendo sido realizadas 138.878 operações, o que representa acréscimo de 1,7% no valor contratado e redução de 53,5% na quantidade de operações em relação ao mesmo período de 2019.

Por meio de seu programa de microcrédito produtivo orientado urbano, o Crediamigo, o BNB desembolsou R\$ 2,5 bilhões, contratando 997.991 operações no primeiro trimestre de 2020 em apoio aos microempreendedores de toda a sua área de atuação. Comparando com o primeiro trimestre de 2019, o BNB apresentou incremento de 13,5% no valor contratado e redução de 0,5% na quantidade de operações.

Já no que se refere ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, o BNB contratou 128.510 operações de financiamento envolvendo recursos da ordem de R\$ 717,4 milhões em 2020, resultados que representam aumentos de 55,2% no valor contratado e de 58,7% na quantidade de operações, em relação ao primeiro trimestre de 2019. Dentro do Pronaf, o BNB opera o Agroamigo, programa de microcrédito produtivo e orientado para a área rural. Nesta modalidade foi contratado o valor de R\$ 632,3 milhões e um total de 125.497 operações (incrementos de 60,3% no valor contratado e 60,0% na quantidade de operações).

No cômputo global do programa de microcrédito produtivo orientado do BNB, envolvendo o Crediamigo, para a área urbana, e o Agroamigo, para a área rural, foi desembolsado o montante de R\$ 3,1 bilhões no primeiro trimestre de 2020, contratando 1.123.488 operações em apoio aos micro empreendedores das zonas urbana e rural de toda a sua área de atuação. Esses resultados demonstram acréscimos de 20,6% no valor e 3,8% na quantidade de operações.

No tocante ao apoio às micro e pequenas empresas, o BNB contratou o montante de R\$ 779,0 milhões ao longo do primeiro trimestre de 2020, em 8.947 operações, apresentando crescimento de 6,5% no valor e redução de 0,6% na quantidade de operações.

Quanto ao resultado financeiro, o BNB apresentou lucro de R\$ 327,8 milhões, superando em 14,5% o resultado do primeiro trimestre de 2019 (lucro de R\$ 286,4 milhões). Demonstra-se, também, a composição do Lucro não Recorrente, o qual é apurado considerando-se a dedução de itens extraordinários ocorridos no período:

Comentário do Desempenho

	1ºtrim./2019	1ºtrim./2020	Var. R\$	Var. %
Lucro Líquido	286,4	327,7	41,3	14,4%
(-) Resultados Extraordinários do Período				
Lei 13.340/13.606	(56,0)	-	56,0	-100,0%
<i>Impairment</i> de Títulos Públicos/Privados	-	50,2	50,2	
Balcão de seguros	-	(200,0)	(200,0)	
Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)	(5,0)	-	5,0	-100,0%
Efeito Tributário (IR + CSLL)	24,4	67,4	43,0	176,3%
Lucro Líquido Recorrente	249,8	245,3	(4,5)	-1,8%

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**

Trimestre findos em 31 de Março de 2020 e de 2019
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 16 - Outras Obrigações
Nota 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias	Nota 17 - Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital
Nota 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 18 - Patrimônio Líquido
Nota 4 - Informações por Segmento	Nota 19 - Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 20 - Impostos e Contribuições
Nota 6 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 21 - Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	
Nota 8 - Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 22 - Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 23 - Benefícios Pós-Emprego
Nota 10 - Outros Créditos	Nota 24 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)
Nota 11 - Carteira de Câmbio	Nota 25 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 12 - Permanente	
Nota 13 - Depósitos e Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas	Nota 26 - Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 14 - Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 27 - Partes Relacionadas
Nota 15 - Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	Nota 28 - Outras Informações

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (Banco) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: "Atuar como o Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas, bem como de parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias

As Demonstrações Financeiras Intermediárias foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e alterações posteriores), normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen) e estão sendo apresentadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nestas Demonstrações, conforme abaixo:

Notas Explicativas

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 640, de 07.10.2010);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
- CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias (Deliberação CVM nº 673, de 20.11.2011);
- CPC 22 – Informações por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Evento Subsequente (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 760, de 22.12.2016);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Resolução nº 4.535, de 24.11.2016, do CMN);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.424, de 25.06.2015, do CMN); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

NOTA 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias do Banco é o Real. Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico. Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio de fechamento, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo o regime de competência, e considerando o critério *pro rata temporis*.

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, estando os recursos disponíveis do FNE classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, e os exigíveis, no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustado por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Notas Explicativas

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, e estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e dos Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida observando-se critérios consistentes e verificáveis, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão);

2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na B3 S.A.; e

3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio; neste caso, o valor presente é apurado mediante fluxo de caixa descontado pela taxa de mercado, líquido do fator de risco e do desconto pela baixa liquidez, a exemplo de Letras Financeiras e Debêntures.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo defluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição, atualizado pelos rendimentos, é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de resultado. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela B3 S.A.

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial, bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio do *Eurobonds – Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captado e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos IFD designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção e o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* (registrado como parte do seu valor contábil) são reconhecidos no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de riscos durante toda a operação, estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Espera-se que um *hedge* seja altamente efetivo se a variação no valor de mercado, ou o fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge*, compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Notas Explicativas

São classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por, no mínimo, cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas pelo custo e amortizadas à medida da realização dos serviços ou geração dos benefícios.

j) Permanente

Investimentos: estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso: avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável e da respectiva depreciação, que está calculada pelo método linear, a partir do momento de disponibilidade do ativo para uso, considerando a vida útil estimada dos bens: Edificações e Instalações – 40 a 60 anos; Móveis e Utensílios – 10 a 45 anos; Máquinas e Equipamentos – 15 a 35 anos; Aeronaves – 20 anos; e Veículos (automóveis, tratores e bicicletas) – 10 a 30 anos. Terrenos e obras de arte não são depreciados. O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revisados a cada ano.

Intangível: corresponde a ativos não monetários identificáveis, sem substâncias físicas, adquiridos ou desenvolvidos internamente e destinados à manutenção das atividades do Banco.

k) Tributos

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 mil no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 15%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. A Emenda Constitucional nº 103/2019 elevou a alíquota da CSLL para 20%, a partir de 01.03.2020. O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. O ISSQN é calculado de acordo com a legislação de cada município, com as alíquotas variando entre 2% a 5%.

A carga tributária total de IRPJ e CSLL é composta da provisão para esses tributos (despesa corrente + passivo fiscal diferido) e do ativo fiscal diferido. A despesa corrente refere-se ao montante efetivamente recolhido ao erário. Os ativos e os passivos fiscais diferidos são tributos diferidos originários de prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL e diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. As diferenças temporárias decorrem, por exemplo, de: provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para benefícios pós-emprego, outras provisões contingenciais, ajustes a valor de mercado, receitas oriundas de renegociações - tributadas pelo regime de caixa (artigo 12, § 2º da Lei nº 9.430 de 27.12.1996), depreciação etc.

A constituição dos ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ/CSLL é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudo técnico realizado semestralmente, considerando as alíquotas dos tributos vigentes no período de realização destes ativos. No Ativo, os créditos tributários são registrados em "Outros créditos – Diversos", de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002 e pela Circular Bacen nº 3.171/2002. No caso dos Passivos Fiscais Diferidos, essa legislação não estabelece limites para constituição e manutenção, haja vista que a sua realização prescinde de lucros futuros.

Notas Explicativas

Os Ativos e Passivos Fiscais Diferidos são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição, tendo como principais critérios de realização:

- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa: a) cronograma de reembolso do crédito; e b) enquadramento em perdas conforme a Lei nº 9.430/1996;
- Demais Provisões: previsão de pagamento (fluxo de contribuições, previsão de desenlace das ações etc);
- Ajuste a Valor de Mercado: prazo do contrato;
- Receitas oriundas de renegociações, tributadas pelo regime de caixa (art. 12, § 2º da Lei nº 9.430/1996: cronograma de reembolso do crédito; e
- Depreciação: previsão da apropriação das despesas de depreciação.

Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando-se o limite de 30% da referida base.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos na Demonstração do Resultado, exceto quando resultam de uma transação reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido no Patrimônio Líquido (em Outros Resultados Abrangentes).

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, além de plano de assistência médica e de seguro de vida em grupo, ambos do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Outros Resultados Abrangentes”, no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

São reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério *pro rata die*.

n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Impairment)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes e dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

o) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do Bacen.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras Intermediárias quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de

Notas Explicativas

recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

A avaliação da provisão e do passivo contingente, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota, exceto nos processos em trâmite nos Juizados Especiais Cíveis e Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, cujas avaliações de provisão são feitas com base na média histórica de perdas.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Exceto se obrigação legal, para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Intermediárias.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas Demonstrações Financeiras Intermediárias, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

p) Dívidas Subordinadas

Estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas pela taxa extramercado, divulgada pelo Bacen, quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

q) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP poderão ser imputados ao dividendo mínimo.

r) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras Intermediárias inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida, como também, para constituição e realização de Ativo/Passivo Fiscal Diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

s) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

Notas Explicativas

Reapresentação de Saldos Comparativos

No exercício de 2019, o Banco recalculou a vida útil dos bens do ativo imobilizado, em consonância com o que preconiza a Resolução CMN nº 4.535, de 24.11.2016, cujos efeitos foram contabilizados nas contas de Lucros ou Prejuízos Acumulados e de Despesas de Depreciação.

Conforme CPC nº 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – recepcionado por meio da Resolução nº 4.007, do CMN, esses recálculos foram reconhecidos de forma retrospectiva e geraram os seguintes efeitos sobre os saldos de 31.03.2019, que estão sendo reapresentados:

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	31.03.2019		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Outras Despesas Operacionais	(23.397)	5.135	(18.262)
Outras Despesas Administrativas	(313.290)	5.135	(308.155)
Resultado Operacional	424.471	5.135	429.606
Resultado Antes da Tributação	440.125	5.135	445.260
Imposto de Renda e Contribuição Social	(136.383)	(2.064)	(138.447)
Provisão para Imposto de Renda	(16.802)	(1.290)	(18.092)
Provisão para Contribuição Social	(10.841)	(774)	(11.615)
Lucro Líquido	286.439	3.071	289.510
Lucro Líquido por Ação (Básico/Diluído) – em R\$	3,316	0,036	3,352

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.03.2019		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Patrimônio Líquido	4.498.732	33.929	4.532.661
Reserva de Reavaliação	11.592	2.372	13.964
Lucros ou Prejuízos Acumulados	218.199	31.557	249.756

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	31.03.2019		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	1.667.611	(1.990)	1.665.621
Caixa Gerado nas Operações	502.379	217.405	719.784
Lucro Líquido	286.439	3.071	289.510
Depreciação, Amortização e Exaustão	8.076	(5.135)	2.941
Ativo Fiscal Diferido ⁽¹⁾	(108.740)	217.480	108.740
Variações nos Ativos e Passivos	1.165.232	(219.395)	945.837
Outras Créditos ⁽¹⁾	518.432	(217.480)	300.952
Outras Obrigações	915.735	(1.915)	913.820

⁽¹⁾ Item reapresentado devido a reclassificação entre grupos da DFC.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	31.03.2019		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Retenções	(8.076)	5.135	(2.941)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(8.076)	5.135	(2.941)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	284.202	2.064	286.266
Federais	274.646	2.064	276.713
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS	286.439	3.071	289.510
LUCROS RETIDOS	218.199	3.071	221.270

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE	31.03.2019		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucro Líquido	286.439	3.071	289.510
Outros Resultados Abrangentes	98.512	2.372	100.884
Realização de Reserva de Reavaliação	-	3.953	3.953
Efeito Tributário sobre a Realização de Reserva de Reavaliação	-	(1.581)	(1.581)
Resultado Abrangente	384.951	5.443	390.394

Notas Explicativas

NOTA 4 - Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

- a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e
- b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os períodos findos em 31.03.2020 e 31.03.2019.

A tabela a seguir apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna “Total”:

Especificação	01.01 a 31.03.2020			01.01 a 31.03.2019 Reapresentado		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	1.319.224	698.327	2.017.551	1.118.878	778.631	1.897.509
Receitas de Operações de Crédito	624.656	-	624.656	495.403	-	495.403
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	169.867	251.241	421.108	292.131	399.877	692.008
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	30.110	-	30.110
Resultado de Operações de Câmbio	263.476	-	263.476	70.485	-	70.485
Resultado de Aplicações Compulsórias	5.367	-	5.367	5.948	-	5.948
Outras Receitas	255.858	447.086	702.944	224.801	378.754	603.555
Despesas	(617.315)	(446.569)	(1.063.884)	(440.614)	(504.287)	(944.901)
Despesas de Captação no Mercado	(133.370)	-	(133.370)	(286.904)	-	(286.904)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(395.862)	(261.670)	(657.532)	(89.992)	(405.472)	(495.464)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9)	(88.083)	(184.899)	(272.982)	(63.718)	(98.815)	(162.533)
Margem Financeira	701.909	251.758	953.667	678.264	274.344	952.608
Rendas de Prestação de Serviços	155.108	480.663	635.771	140.970	454.299	595.269
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	24.519	-	24.519	20.743	-	20.743
Pasep e Cofins	(38.007)	(43.814)	(81.821)	(30.449)	(39.829)	(70.278)
Resultado após Tarifas e Comissões	843.529	688.607	1.532.136	809.528	688.814	1.498.342
Despesas Administrativas			(869.328)			(809.252)
Despesas de Pessoal			(529.019)			(501.097)
Depreciação e Amortização			(3.129)			(8.076)
Outras Despesas Administrativas			(337.180)			(300.079)
Outras Despesas			(100.756)			(220.597)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(61.335)			(23.233)
Lucro antes da Tributação e Participações			500.717			445.260
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(153.530)			(138.447)
Participações no Lucro			(19.534)			(17.303)
Lucro(Prejuízo) Líquido			327.653			289.510

Notas Explicativas

NOTA 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	31.03.2020	31.12.2019
Disponibilidades em Moeda Nacional	166.275	166.586
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	2.016	1.939
Total da Disponibilidade de Caixa	168.291	168.525
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	3.116.273	3.275.926
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.284.564	3.444.451

⁽¹⁾ Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 6 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

Especificação	31.03.2020	31.12.2019
a) Aplicações no Mercado Aberto	3.116.273	3.275.926
Re vendas a Liquidar-Posição Bancada	3.116.273	3.275.926
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	412.159	100.432
Aplicações em Moedas Estrangeiras	22.276	24.441
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	389.883	75.991
Total	3.528.432	3.376.358
Saldo de Curto Prazo	3.528.432	3.376.358

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	31.258	111.731
Posição Bancada	31.258	109.672
Posição Financiada	-	2.059
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	3.893	1.603
Total	35.151	113.334

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	31.03.2020	31.12.2019
Títulos Disponíveis para Venda	39.743.180	39.423.052
Títulos Mantidos até o Vencimento	266.929	266.972
Total	40.010.109	39.690.024
Saldo de Curto Prazo	2.024.355	1.747.783
Saldo de Longo Prazo	37.985.754	37.942.241

a.2) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Títulos Disponíveis para Venda	31.03.2020									31.12.2019	
	Valor de Mercado					Vencimento Final	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias						
Títulos de Renda Fixa	13.000	-	1.588.264	238.675	37.137.164		39.146.429	38.977.103	(169.326)	38.650.858	371.940
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.487.000	105.751	33.115.204	2020 A 2025	34.707.873	34.707.955	82	34.367.391	9.960
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	2.874.608	2050 A 2055	2.545.886	2.874.608	328.722	3.255.427	878.789
Letras Financeiras	-	-	101.264	132.900	1.038.072	2020 A 2022	1.313.282	1.272.236	(41.046)	887.069	(33.827)
Debêntures ⁽¹⁾	13.000	-	-	-	106.377	2026 A 2041	575.878	119.377	(456.501)	137.935	(444.237)
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	2.848	2027	3.425	2.848	(577)	2.959	(597)
Títulos Públicos Federais – Outros ⁽¹⁾	-	-	-	-	-		-	-	-	-	(38.141)
Títulos da Dívida Agrária	-	-	-	24	55	2020 A 2022	85	79	(6)	77	(7)
Cotas de Fundos de Investimentos	496	-	-	-	-		2.092	496	(1.596)	487	(1.602)
Fundos de Desenvolvimento Social (FDS)	-	-	-	-	-	Sem Vencimento	1.596	-	(1.596)	-	(1.602)
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	452	-	-	-	-	Sem Vencimento	452	452	-	445	-
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	44	-	-	-	-	Sem Vencimento	44	44	-	42	-
Títulos de Renda Variável	34.489	-	-	-	-		23.241	34.489	11.248	53.739	30.498
Outros Incentivos Fiscais – Finor	132	-	-	-	-	Sem Vencimento	109	132	23	171	62
Ações de Companhias Abertas	34.357	-	-	-	-	Sem Vencimento	23.132	34.357	11.225	53.568	30.436
Títulos Dados em Garantia ⁽²⁾	-	-	149.431	-	581.661		730.526	731.092	566	717.968	(91)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	143.436	-	581.661	2020 a 2025	724.458	725.097	639	717.968	875
Títulos Públicos Federais – Outros ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	1993	-	-	-	-	(966)
Letras Financeiras	-	-	5.995	-	-		6.068	5.995	(73)	-	-
Total da Categoria	47.985	-	1.737.695	238.675	37.718.825		39.902.288	39.743.180	(159.108)	39.423.052	400.745
Crédito Tributário (Nota 10.d e 20.c)									226.934		231.429
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 20.d)									(155.903)		(413.323)
Total do Ajuste a Valor de Mercado									(88.077)		218.851

⁽¹⁾ Consoante previsto no artigo 6º, da Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001, no trimestre foi reconhecido como perda de caráter permanente o valor de R\$ 50.139, sendo: (a) R\$ 39.825 que estava registrado em "Títulos Públicos Federais – Outros", referente à baixa dos títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, a partir de informações obtidas pelo Banco, antes do fechamento destas demonstrações financeiras intermediárias, quanto a dificuldades para a sua recuperabilidade; e (b) R\$ 10.314 da carteira de Debêntures. (No exercício de 2019, houve o reconhecimento de perda permanente do valor de R\$ 126.781, da carteira de Debêntures).

⁽²⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$541.154 (R\$ 535.858 em 31.12.2019); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 3.298 (R\$ 3.265 em 31.12.2019); Garantias em Processos Judiciais R\$156.792 (R\$ 149.288 em 31.12.2019); e Demais Garantias R\$ 29.848 (R\$ 29.557 em 31.12.2019).

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria "Títulos Disponíveis para Venda", encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes a Valor de Mercado", o valor de (R\$ 159.108) (R\$ 400.745 em 31.12.2019). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a (R\$ 88.077) (R\$ 218.851 em 31.12.2019).

Títulos Mantidos até o Vencimento	31.03.2020							31.12.2019	
	Valor de Custo				Vencimento final	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾
	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias					
Títulos de Renda Fixa	-	-	-	266.929		266.930	235.605	266.972	251.995
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	190.542	2030	190.542	159.217	187.756	172.779
Cotas Fundo Investimento Ciatec	-	-	-	21.405	2021	21.406	21.406	22.040	22.040
Cotas Fundo Investimento Ciatec II	-	-	-	15.345	2023	15.346	15.346	14.963	14.963
Cotas Fundo Investimento Ciatec III	-	-	-	4.356	2026	4.356	4.356	3.829	3.829
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	11.418	2022	11.418	11.418	12.419	12.419
Nordeste III FIP	-	-	-	23.863	2023	23.861	23.862	25.965	25.965
Total da Categoria	-	-	-	266.929		266.929	235.605	266.972	251.995

⁽¹⁾ Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Notas Explicativas

a.3) No 1º trimestre de 2020, não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.4) A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até as datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 6.b)	31.258	111.731
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	3.893	1.603
Títulos de Renda Fixa	385.757	578.576
Títulos de Renda Variável	200	98
Total	421.108	692.008

c) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 31.03.2020, o Banco não possui operações de *swap*, visto que os contratos venceram em 03.05.2019.

NOTA 8 - Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

Especificação	31.03.2020			31.12.2019		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios - Poupança	520.210	-	520.210	518.222	-	518.222
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	5.934	-	5.934	7.069	-	7.069
Sistema Financeiro da Habitação (SFH)	84.231	(8.400)	75.831	83.126	(8.375)	74.751
Tesouro Nacional – Crédito Rural	-	-	-	152	-	152
Total	610.375	(8.400)	601.975	608.569	(8.375)	600.194
Saldo de Curto Prazo	526.144	-	526.144	525.291	-	525.291
Saldo de Longo Prazo	84.231	(8.400)	75.831	83.278	(8.375)	74.903

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	4.287	4.928
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	1.105	1.045
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	(25)	(25)
Total	5.367	5.948

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	31.03.2020		31.12.2019	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	9.800.211	(539.769)	10.035.283	(604.169)
Curto Prazo	5.341.834	(306.998)	5.412.295	(330.178)
Longo Prazo	4.458.377	(232.771)	4.622.988	(273.991)
Outras Rubricas com Características de Crédito	916.568	(93.411)	903.400	(89.761)
Curto Prazo	899.485	(93.411)	886.812	(89.761)
Longo Prazo	17.083	-	16.588	-
Total	10.716.779	(633.180)	10.938.683	(693.930)

Notas Explicativas

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	31.03.2020	31.12.2019
Adiantamentos a Depositantes	883	283
Empréstimos	5.252.589	5.371.883
Títulos Descontados	6.346	7.311
Financiamentos	1.619.852	1.583.077
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	11.267	24.525
Financiamentos Agroindustriais	5.254	5.273
Financiamentos Rurais	1.071.541	1.162.224
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.832.479	1.880.707
Subtotal de Operações de Crédito	9.800.211	10.035.283
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	28.035	13.602
Devedores por Compra de Valores e Bens	16.836	15.894
Títulos e Créditos a Receber	45.915	51.174
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽¹⁾ (Nota 11.a)	825.782	822.730
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	916.568	903.400
Total	10.716.779	10.938.683

(1) Con
tas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Empréstimos e Títulos Descontados	325.953	277.383
Financiamentos	212.008	130.394
Financiamentos Agroindustriais	247	257
Financiamentos Rurais	43.188	57.428
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	43.260	29.941
Total	624.656	495.403

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.03.2020	Total em 31.12.2019
Rural	6.384	1.796	9.701	50.172	60.349	919.597	1.047.999	1.140.390
Indústria	28.264	59.446	51.555	564.936	173.510	1.352.063	2.229.774	2.207.801
Governo	29.726	3.103	3.103	36.738	247	468.852	541.769	445.918
Outros Serviços	141.926	99.126	90.132	199.177	245.943	1.308.000	2.084.304	2.292.348
Comércio	1.152.815	742.560	597.830	988.815	419.485	273.131	4.174.636	4.289.381
Intermediários Financeiros	68	69	70	213	445	11.659	12.524	12.376
Pessoas Físicas	22.920	9.511	6.416	11.519	8.629	7.949	66.944	75.437
Total 31.03.2020	1.382.103	915.611	758.807	1.851.570	908.608	4.341.251	10.157.950	
Total 31.12.2019	1.085.381	963.577	896.079	1.545.567	1.512.388	4.460.659		10.463.651

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias

b.2) Créditos em Atraso

Parcelas Vincendas								
Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.03.2020	Total em 31.12.2019
Rural	9	1	46	12	1.045	254	1.367	628
Indústria	3.986	2.565	2.551	6.016	12.009	47.848	74.975	107.014
Outros Serviços	15.239	3.882	3.786	11.130	31.676	62.033	127.746	67.656
Comércio	89.343	2.844	2.708	7.743	14.057	25.754	142.449	117.487
Pessoas Físicas	324	294	287	623	608	1.251	3.387	2.885
Total 31.03.2020	108.901	9.586	9.378	25.524	59.395	137.140	349.924	
Total 31.12.2019	57.127	6.354	6.068	18.062	29.146	178.913		295.670

Notas Explicativas

Parcelas Vencidas									
Tipo Cliente/Atividade	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias ⁽¹⁾	Total em 31.03.2020	Total em 31.12.2019
Rural	-	1.893	32	549	794	107	24.055	27.430	26.480
Indústria	1.555	1.510	3.098	1.916	7.377	5.183	-	20.639	19.052
Outros Serviços	7.507	5.350	5.363	4.601	6.091	6.796	196	35.904	26.578
Comércio	49.102	5.248	8.063	7.944	22.175	25.156	74	117.762	100.427
Pessoas Físicas	49	663	876	766	1.785	3.014	17	7.170	6.825
Total 31.03.2020	58.213	14.664	17.432	15.776	38.222	40.256	24.342	208.905	
Total 31.12.2019	101.658	5.417	8.487	6.809	17.576	13.950	25.465		179.362

⁽¹⁾ Incluem os valores referentes às operações de crédito contratadas com base na Resolução CMN nº 2.471, de 26.02.1998 e classificadas no Ativo Circulante no Balanço Patrimonial.

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	31.03.2020				31.12.2019			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	2.995.114	-	2.995.114	-	2.920.892	-	2.920.892	-
A	5.516.493	-	5.516.493	(27.582)	5.875.376	-	5.875.376	(29.377)
B	569.353	89.298	658.651	(6.587)	630.622	41.610	672.232	(6.722)
C	584.454	65.622	650.076	(19.502)	560.877	33.315	594.192	(17.826)
D	147.960	47.632	195.592	(19.559)	126.094	36.557	162.651	(16.265)
E	23.853	93.604	117.457	(35.237)	36.034	20.377	56.411	(16.923)
F	74.184	22.717	96.901	(48.450)	7.744	31.801	39.545	(19.772)
G	8.742	25.366	34.108	(23.876)	79.523	21.606	101.129	(70.790)
H	237.797	214.590	452.387	(452.387)	226.489	289.766	516.255	(516.255)
Total	10.157.950	558.829	10.716.779	(633.180)	10.463.651	475.032	10.938.683	(693.930)

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	31.03.2020	31.12.2019
Saldo Inicial da Provisão para Perdas da Carteira de Crédito	693.930	627.659
(+) Constituição/(Reversão) de Provisão no Período	87.989	398.121
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(148.739)	(331.850)
(=) Provisão Líquida para Perdas da Carteira de Crédito	633.180	693.930
Saldo Inicial da Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	27.354	27.848
(+) Constituição de Provisão no Período	94	153
(-) Reversão de Provisão no Período	-	(647)
(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.e)	27.448	27.354
(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	660.628	721.284

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	83.624	63.247
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	4.365	527
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	87.989	63.774
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	94	(56)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 4)	88.083	63.718

f) Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	31.03.2020		31.12.2019	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Setor Público	29.291.393	(2.789.475)	28.525.698	(2.748.825)
FDNE (Notas 16.i e 21.f.2)	132.019	(1.222)	136.129	(1.234)
FNE (Notas 16.i e 21.f.2)	29.159.102	(2.788.253)	28.387.515	(2.747.591)
Proagro (Notas 16.i e 21.f.2)	272	-	2.054	-

g) Concentração de Crédito

Especificação	31.03.2020		31.12.2019	
	Saldo	% da Carteira	Saldo	% da Carteira
10 Maiores devedores	2.005.825	18,72	1.983.570	18,13
50 maiores devedores	3.979.901	37,14	4.003.785	36,60
100 maiores devedores	4.464.724	41,66	4.576.639	41,84

h) No 1º trimestre de 2020, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 43.260 (R\$ 29.941 em 31.03.2019) e as renegociações totalizaram R\$ 92.594 (R\$ 565.690 em 31.03.2019).

Notas Explicativas

NOTA 10 - Outros Créditos

Especificação	31.03.2020	31.12.2019
a) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	1.102.039	855.128
b) Rendas a Receber	20.993	18.319
c) Negociação e Intermediação de Valores	20	20
d) Diversos	4.245.643	4.344.420
Créditos Tributários sobre PCLD, Rap, Op. Alongadas e Provisões Contingenciais (Nota 20.c)	1.352.534	1.292.188
Créditos Tributários sobre Provisões Atuariais (Nota 20.c)	1.357.112	1.542.624
Créditos Tributários sobre TVM (Notas 7.a.2 e 20.c)	226.934	231.429
Devedores por Depósitos em Garantia	540.668	513.595
Impostos e Contribuições a Compensar	190.419	456.321
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	245.915	51.174
Adiantamentos e Antecipações Salariais	39.637	2.981
Pagamentos a Ressarcir	3.157	3.587
Valores a Receber Bônus Rebate	59.616	62.396
Outros Valores	202.903	161.377
e) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(120.859)	(117.115)
Com Características de Concessão de Crédito	(93.411)	(89.761)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(27.448)	(27.354)
Total	5.247.836	5.100.772
Saldo de Curto Prazo	1.755.617	2.395.068
Saldo de Longo Prazo	3.492.219	2.705.704

NOTA 11 - Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	31.03.2020	31.12.2019
Ativo – Outros Créditos (Nota 10.a)	1.102.039	855.128
Câmbio Comprado a Liquidar	1.073.436	841.527
Direitos sobre Vendas de Câmbio	1.484	629
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(916)	(629)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	28.035	13.601
Ativo Circulante (Nota 10.a)	1.102.039	855.128
Passivo – Outras Obrigações (Nota 16.b)	2.993	1.354
Obrigações por Compras de Câmbio	827.284	823.454
Câmbio Vendido a Liquidar	1.489	629
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(825.782)	(822.730)
Outros Valores	2	1
Passivo Circulante (Nota 16.b)	2.993	1.354

b) Resultado de Câmbio

Especificação	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Rendas de Câmbio	263.722	70.619
Despesas de Câmbio	(246)	(134)
Total	263.476	70.485

NOTA 12 - Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2019	01.01.2020 a 31.03.2020		31.03.2020	
	Saldo Contábil	Movimentações		Valor de Custo	Saldo Contábil
		Adições	Baixas		
Ações e Cotas	331	-	-	331	331
Bens Artísticos e Valiosos	1.261	-	-	1.261	1.261
Total	1.592	-	-	1.592	1.592

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2019	01.01.2020 a 31.03.2020			31.03.2020		
	Saldo Contábil Reapresentado	Movimentações			Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Baixas	Depreciação			
Edificações	83.057	201	-	(423)	264.392	(181.557)	82.835
Sistema de Processamento de Dados	83.185	7.968	(139)	(1.808)	188.891	(99.685)	89.206
Móveis e Equipamentos de Uso	34.209	808	(112)	(786)	80.092	(45.973)	34.119
Terrenos	16.969	-	-	-	16.969	-	16.969
Instalações	5.634	-	(7)	(25)	19.138	(13.536)	5.602
Sistema de Comunicação	100	-	-	(2)	302	(204)	98
Sistema de Segurança	7.143	13	(4)	(85)	18.391	(11.324)	7.067
Sistema de Transporte	21	-	-	-	14.351	(14.330)	21
Total	230.318	8.990	(262)	(3.129)	602.526	(366.609)	235.917

c) Intangível

Especificação	31.12.2019	01.01.2020 a 31.03.2020			31.03.2020	
	Saldo Contábil	Movimentações			Valor de Custo	Saldo Contábil
		Adições	Baixas	Amortização		
Gastos com Intangíveis em Elaboração	-	158	-	-	158	158
Intangíveis em Uso	563	-	-	-	563	563
Total	563	158	-	-	721	721

NOTA 13 - Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas

a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.03.2020	Total em 31.12.2019
Depósitos à Vista	339.045	-	-	-	-	-	339.045	405.302
Depósitos de Poupança	2.742.916	-	-	-	-	-	2.742.916	2.633.831
Depósitos Interfinanceiros	418.978	891.921	-	-	-	-	1.310.899	1.165.021
Depósitos a Prazo	1.070.500	696.018	3.680.145	1.581.405	738.489	120.345	7.886.902	8.045.700
Depósitos a Prazo	717.926	667.129	1.913.300	1.461.173	661.271	120.345	5.541.144	5.711.384
Depósitos Judiciais com Remuneração	346.791	-	-	-	-	-	346.791	329.858
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	1.766.845	77.218	77.218	-	1.921.281	1.932.733
FAT Recursos Disponíveis	464	918	-	-	-	-	1.382	1.105
FAT Recursos Aplicados	5.319	10.503	-	-	-	-	15.822	17.718
Outros	-	17.468	-	43.014	-	-	60.482	52.902
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	11.500	-	-	-	-	11.500	46.107
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	-	-	-	-	-	-	-	44.074
Letras Financeiras - encargos	-	11.500	-	-	-	-	11.500	2.033
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	-	1.295.889	1.295.889	1.551.040
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	-	2.582.973	2.582.973	2.545.199
Total em 31.03.2020	4.571.439	1.599.439	3.680.145	1.581.405	738.489	3.999.207	16.170.124	
Total em 31.12.2019	4.172.932	1.994.003	3.676.111	1.704.789	886.107	3.958.258		16.392.200

Notas Explicativas

b) Depósitos

Especificação	31.03.2020	31.12.2019
Depósitos à Vista	339.045	405.302
Depósitos de Governos	18.409	6.527
Depósitos Vinculados	103.937	175.616
Pessoas Jurídicas	159.061	173.543
Pessoas Físicas	54.147	48.152
Outros Valores	3.491	1.464
Depósitos de Poupança	2.742.916	2.633.831
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.725.518	1.741.528
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	1.016.455	891.360
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	943	943
Depósitos Interfinanceiros	1.310.899	1.165.021
Depósitos a Prazo	7.886.902	8.045.700
Depósitos a Prazo	5.541.144	5.711.384
Depósitos Judiciais com Remuneração	346.791	329.858
Outros Depósitos a Prazo	1.998.967	2.004.458
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Notas 25 e 27.a.1)	17.204	18.823
Recursos Disponíveis (Nota 25)	1.382	1.105
Protrabalho	1.382	346
PNMPO	-	759
Recursos Aplicados (Nota 25)	15.822	17.718
Protrabalho	15.822	17.718
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos (Lei nº 8.167/91)	1.921.281	1.932.733
Outros Valores	60.482	52.902
Total	12.279.762	12.249.854
Saldo de Curto Prazo	6.159.378	5.870.828
Saldo de Longo Prazo	6.120.384	6.379.026

c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	31.03.2020	31.12.2019
Carteira Própria	1.686.609	1.551.725
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.686.609	1.551.725
Total	1.686.609	1.551.725
Saldo de Curto Prazo	1.680.625	1.545.801
Saldo de Longo Prazo	5.984	5.924

d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Despesas de Captações	(107.855)	(265.064)
Depósitos a Prazo	(57.677)	(89.155)
Depósitos de Poupança	(17.679)	(21.073)
Depósitos Judiciais	(3.213)	(4.355)
Depósitos Interfinanceiros	(7.570)	(10.290)
Depósitos Especiais	(18.884)	(26.232)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(139)	(111.277)
Outros Depósitos	(2.693)	(2.682)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(25.515)	(21.840)
Carteira de Terceiros	-	(2.059)
Carteira Própria	(16.103)	(19.781)
Letras Financeiras	(9.412)	-
Total	(133.370)	(286.904)

Notas Explicativas**NOTA 14 - Obrigações por Empréstimos e Repasses****a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento**

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.03.2020	Total em 31.12.2019
Empréstimos no Exterior	62.862	1.037.216	-	-	-	-	1.100.078	881.557
Repasses do País	41.260	98.447	302.582	304.117	382.469	31.245	1.160.120	1.167.737
Repasses do Exterior	-	70.087	157.957	119.161	170.791	-	517.996	431.862
Total em 31.03.2020	104.122	1.205.750	460.539	423.278	553.260	31.245	2.778.194	
Total em 31.12.2019	194.151	847.465	491.331	451.005	459.362	37.842		2.481.156
Saldo de Curto Prazo							1.309.872	1.041.616
Saldo de Longo Prazo							1.468.322	1.439.540

b) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2020	31.12.2019
Tesouro Nacional	IGP -DI + 2,00	514	505
BNDES		1.115.018	1.118.933
Programa de Operações Conjuntas (POC)	Pré 1,5 a 11,10	722.391	729.216
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP 0,00 a 4,00 IPCA 9,41 Variação Cambial 2,00 a 4,00	392.627	389.717
Finame	Pré 1,5 a 7,00	44.588	48.299
Programa Automático	TJLP 0,00 a 4,00	23.562	27.528
Programa Agrícola	Variação Cambial 2,00 a 4,00	21.026	20.771
Total (Nota 27.a.1)		1.160.120	1.167.737
Saldo de Curto Prazo		139.707	102.555
Saldo de Longo Prazo		1.020.413	1.065.182

c) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2020	31.12.2019
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	1.100.078	881.557
Total		1.100.078	881.557
Saldo de Curto Prazo		62.862	881.557
Saldo de Longo Prazo		1.037.216	

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2020	31.12.2019
BID-Produtur II	USD + 2,75	512.579	427.022
BID-Outros Programas	USD + 2,75	5.417	4.840
Total		517.996	431.862
Saldo de Curto Prazo		70.087	57.504
Saldo de Longo Prazo		447.909	374.358

Notas Explicativas

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.01. a 31.03.2020	01.01. a 31.03.2019
Despesas de Obrigações por Repasses	(163.754)	(62.256)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(35.707)	(20.605)
Tesouro Nacional	(8)	(5)
BNDES	(34.769)	(20.015)
Finame	(930)	(585)
Despesas de Repasses do Exterior	(128.047)	(41.651)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(250.932)	(63.656)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(242.846)	(369.552)
Total	(657.532)	(495.464)

NOTA 15 - Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

a) Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares

Especificação	Remuneração	Valor Nominal	31.03.2020	31.12.2019
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) ⁽¹⁾	81,19% do CDI	97.523	-	44.074
Letras Financeiras – encargos contratuais			11.500	2.033
Total			11.500	46.107
Saldo de Curto Prazo			11.500	46.107

⁽¹⁾ Título venceram em 23.03.2020.

Notas Explicativas

NOTA 16 - Outras Obrigações

Especificação	31.03.2020	31.12.2019
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	49.923	1.699
Recursos do Proagro	1.384	76
Recebimento de Tributos Federais	46.773	-
IOF a Recolher	661	832
Outros Tributos e Assemelhados	1.105	791
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	2.993	1.354
c) Sociais e Estatutárias	359.817	337.855
Remuneração do Capital a Pagar	234.721	232.293
Participações nos Lucros	125.096	105.562
d) Fiscais e Previdenciárias	766.003	1.352.210
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	452.408	695.011
TVM (Nota 20.d)	155.903	413.323
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos	1.734	1.745
Decorrentes de Créditos Recuperados e Depreciação Diferida (Nota 20.d)	294.771	279.943
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 20.a.2)	228.651	543.083
Imposto de Renda	135.688	331.949
Contribuição Social	92.963	211.134
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	84.944	114.116
e) Negociação e Intermediação de Valores	153	153
f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	24.439.233	23.656.478
FNE (Nota 27.a.1)	23.423.438	22.702.557
Outros Valores	1.015.795	953.921
g) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.295.889	1.551.040
Principal Autorizado (Notas 17 e 27.a.1)	500.000	750.000
Complementar Autorizado (Nota 17)	795.889	801.040
h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Notas 17 e 27.a.1)	2.582.973	2.545.199
i) Diversas	7.214.518	7.424.614
Provisão para Contingências	687.384	562.438
Trabalhistas (Nota 21.f.1.ii)	355.930	334.025
Cíveis (Nota 21.f.1.iii)	200.613	176.738
Outras Causas Fiscais (Nota 21.a.1.ii)	17.953	17.815
Outras Contingências	112.888	33.860
Juros sobre o Capital Próprio Provisionado	78.068	-
Outros (Nota 21.f.1.iv)	34.820	33.860
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 21.f.2)	2.789.475	2.748.825
FNE (Notas 9.f e 21.f.2.i)	2.788.253	2.747.591
Repasse	544	628
Risco Integral Banco	24.097	22.630
Risco Compartilhado	2.763.612	2.724.333
FDNE (Notas 9.f e 21.f.2.ii)	1.222	1.234
Passivos Atuariais	3.015.803	3.430.173
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Notas 23 e 27.a.2)	994.865	931.871
Plano de Assistência Médica (Notas 23 e 27.a.2)	1.725.920	2.134.473
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Notas 23 e 27.a.2)	295.018	363.829
Provisão para Pagamentos a Efetuar	567.465	519.213
Despesa de Pessoal	214.112	189.823
Outros Valores	81.768	89.402
Encargos Remuneratórios de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	271.585	239.988
Outros Valores	154.391	163.965
Total	36.711.502	36.870.602
Saldo de Curto Prazo	6.121.489	5.110.813
Saldo de Longo Prazo	30.590.013	31.759.789

NOTA 17 - Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 26.g.ii)

a) PR Nível I - Capital Principal:

Em 19.01.2016, o Banco e a União Federal celebraram contrato de mútuo, no valor de R\$ 1.000.000, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no artigo 16 da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31.12.2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20.02.2014, todas do CMN.

Os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até trinta dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

Caso o saldo de lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive reserva legal e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nessa ordem, até o montante necessário para a

Notas Explicativas

compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive na forma de juros sobre capital próprio), até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

A obrigação não possui data de vencimento e o resgate ou recompra somente poderão ser realizados pelo emissor, condicionado à prévia autorização do Bacen.

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.03.2020	31.12.2019
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (Notas 16.g e 27.a.1)	1.000.000	Rentabilidade sobre PL	19.01.2016	500.000	750.000
Saldo de Curto Prazo				-	250.000
Saldo de Longo Prazo				500.000	500.000

b) PR Nível I - Capital Complementar:

Em junho de 2019 o Banco emitiu 2.667 (duas mil seiscentas e sessenta e sete) Letras Financeiras Subordinadas, sem data de vencimento. O Bacen autorizou compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar, pelo valor da captação (R\$ 801.040).

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.03.2020 ⁽²⁾	31.12.2019
Letras Financeiras ⁽¹⁾ (Nota 16.g)	801.040	117% da Selic	06.2019	795.889	801.040
Saldo de Longo Prazo				795.889	801.040

(1)

semestralmente

Juros pagos

(2)

recompradas Letras Financeiras no valor de R\$ 5.151

No 1º trimestre foram

c) PR Nível II:

As Dívidas Subordinadas são constituídas por duas operações de captações com o FNE nos montantes originais de R\$ 600.000 e R\$ 400.000, sem vencimento, de, respectivamente, 20.07.2009 e 01.03.2010.

Especificação	31.03.2020	31.12.2019
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)	2.582.973	2.545.199
Recursos disponíveis	1.817.925	1.629.532
Recursos aplicados	765.048	915.667
Total (Notas 16.h e 27.a.1)	2.582.973	2.545.199

NOTA 18 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 5.569.988 (R\$ 3.813.000 em 31.12.2019), é representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Especificação	31.03.2020		31.12.2019	
Acionistas	Quantidade das Ações	% do Capital	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	47.896.415	55,45	47.896.415	55,45
FI CAIXA FGEDUC MULTIMERCADO	30.205.568	34,97	30.205.568	34,97
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.206.000	7,19	6.206.000	7,19
Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) ⁽¹⁾	0	0,00	0	0,00
Outros	2.063.481	2,39	2.063.481	2,39
Total	86.371.464	100,00	86.371.464	100,00

⁽¹⁾ Saldo de ações transferido para a União Federal no processo de extinção do FND

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27.03.2020, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 1.756.988, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias - Reserva para Margem Operacional no valor de R\$ 1.472.588 e Reserva para Equalização de Dividendos Complementares no valor de R\$ 284.400, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 3.813.000 para R\$ 5.569.988, representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas. O aumento de capital foi submetido à homologação do Banco Central.

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 13.712 (R\$ 13.726 em 31.12.2019) refere-se ao saldo da reserva de reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização

Notas Explicativas

por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008, do CMN. No período, houve transferência de R\$ 14 (R\$ 253 em 31.12.2019) para Lucros ou Prejuízos Acumulados.

c) Pagamento de Dividendos e JCP do exercício de 2019

Por meio da Assembleia Geral Ordinária realizada em 27.03.2020, foi aprovada a distribuição de JCP e Dividendos complementares referentes ao exercício findo em 31.12.2019, de R\$ 232.486. O pagamento dos Dividendos e JCP ocorreu em 08.04.2020.

d) Outros Resultados Abrangentes

Demonstrativo da Variação	31.03.2020	31.12.2019
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para a Venda ⁽¹⁾	(306.925)	479.801
Ganhos e Perdas Atuariais (Benefícios Pós-Emprego) ⁽¹⁾	247.052	(579.674)
Outros Resultados Abrangentes⁽¹⁾	(59.873)	(99.873)

⁽¹⁾ líquidos dos efeitos tributários

Notas Explicativas

NOTA 19 - Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	01.01. a 31.03.2020	01.01. a 31.03.2019 Reapresentado
a) Receitas de Prestação de Serviços	635.771	595.269
Administração de Fundos de Investimentos	15.896	12.556
Administração de Fundos e Programas	486.618	460.126
Prestação de Serviços	133.257	122.587
b) Rendas de Tarifas Bancárias	24.519	20.743
c) Despesas de Pessoal	(529.019)	(501.097)
Proventos	(295.287)	(291.979)
Encargos Sociais	(103.870)	(99.558)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I	(33.916)	(28.563)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural	(48.454)	(35.044)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(6.884)	(3.145)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(40.608)	(42.808)
d) Outras Despesas Administrativas	(340.309)	(308.155)
Processamento de Dados	(58.497)	(63.431)
Propaganda e Publicidade	(1.255)	(1.123)
Serviços de Terceiros ⁽¹⁾	(174.987)	(143.336)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(20.095)	(19.415)
Viagens	(3.187)	(3.698)
Comunicações	(4.401)	(5.823)
Depreciação e Amortização	(3.129)	(2.941)
Manutenção e Conservação de Bens	(12.366)	(12.412)
Vigilância, Segurança e Transporte	(23.087)	(22.365)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(3.290)	(3.774)
Serviços do Sistema Financeiro	(11.753)	(8.293)
Serviços Técnicos Especializados	(8.652)	(8.632)
Seguros	(1.804)	(1.107)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios	(8.829)	(7.463)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(982)	(867)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(1.702)	(1.614)
Outros Valores	(2.293)	(1.861)
e) Despesas Tributárias (Nota 20.e)	(92.149)	(80.048)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(81.821)	(70.298)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(9.525)	(8.820)
Outros Valores	(803)	(930)
f) Outras Receitas Operacionais	700.505	587.901
"Del credere" de Fundos Administrados	447.184	378.822
Variação Cambial Negativa de Empréstimos	4	85.160
Variação Cambial Negativa Despesa de Captação	-	66.870
Variação Cambial Negativa Reclasif Despesa Obrigação do Fundo Financeiro de Desenvolvimento	-	3.019
Reversão de Provisões Operacionais/Riscos c/Op. do FNE	2.024	1.980
Recuperação de Encargos e Despesas	1.266	1.148
Reversão de Provisões Operacionais	2.875	13.603
Juros e Comissões	1.060	807
Correção Monetária	897	196
Variação Cambial	164	-
FNE - Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	36.837	29.669
Outros Valores ⁽²⁾	208.194	6.627
g) Outras Despesas Operacionais	(336.662)	(332.875)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(3.626)	(663)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(4)	(85.236)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(11)	(1.050)
Descontos Concedidos em Renegociações	(8.680)	(6.438)
Encargos de Operações de Crédito	(4.491)	(3.060)
Riscos Fiscais	(178)	(332)
Riscos com Operações do FNE	(184.899)	(98.815)
Riscos com Operações do FDNE	-	(24)
Causas Trabalhistas	(31.543)	(15.835)
Causas Cíveis	(28.591)	(6.227)
Outras Causas	(1.023)	(839)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (IECP)	(29.167)	(63.294)
Atualização Monetária do IECP	(2.429)	(2.625)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(16.035)	(20.157)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(21.738)	(23.594)
Outros Valores	(4.247)	(4.686)
Total	62.656	(18.262)

(1) Contém despesas do 1º trimestre de 2020, no valor de R\$ 148.001 (R\$ 121.916 em 31.03.2019), em favor do Instituto Nordeste Cidadania (INEC); trata-se de OSCIP que presta serviços, substancialmente, ao Banco, por meio dos Termos de Parceria para operacionalização dos programas de microcrédito produtivo orientado urbano e rural, em conformidade com as disposições da Lei nº 9.790 de 23.03.1999.

(2) Em 31.03.2020, o valor contempla receita auferida pelo fechamento, em 20.02.2020, do contrato de parceria comercial com a Icatu Seguros para a comercialização de serviços de seguros nas áreas vida, prestamista e previdência, por um período de 20 anos.

Notas Explicativas**NOTA 20 - Impostos e Contribuições****a) Imposto de Renda e Contribuição Social**

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por estimativa. As despesas de IRPJ e CSLL estão demonstradas no quadro abaixo:

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	500.717	445.260	500.717	445.260
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(19.533)	(17.303)	(19.533)	(17.303)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos JCP	481.184	427.957	481.184	427.957
Adições/Exclusões Permanentes	(88.072)	(79.025)	(88.180)	(79.123)
Adições/Exclusões Temporárias	134.761	(261.706)	134.761	(261.706)
Resultado Tributável	527.873	87.226	527.765	87.128
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(131.962)	(21.807)	(87.048)	(13.073)
Deduções (Incentivos Fiscais)	3.886	1.285	0	0
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	6	6	4	4
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos fiscais, Reserva de Reavaliação e Ajustes de LPA ⁽¹⁾	(128.070)	(20.516)	(87.044)	(13.069)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e Depreciação	(7.841)	2.424	(6.988)	1.454
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(135.911)	(18.092)	(94.032)	(11.615)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões	41.493	(67.956)	35.475	(40.784)
Total de IRPJ/CSLL	(94.418)	(86.048)	(58.557)	(52.399)
Alíquota Efetiva (%)	19,62	20,11	12,17	12,24
a.2) Especificação da Provisão de IRPJ e CSLL	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	128.070	321.272	87.044	202.732
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	6	24	4	15
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 16.d) ⁽²⁾	128.076	321.296	87.048	202.747
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(51.604)	(229.544)	(24.122)	(113.492)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	76.472	91.752	62.926	89.255

⁽¹⁾ O saldo da despesa corrente de IRPJ inclui R\$ 555 da contabilização realizada em 2020, de valor do Ajuste Anual de 2019, em decorrência da utilização de incentivos fiscais em 2019 maiores do que os recebidos.

⁽²⁾ O saldo da provisão de IRPJ e CSLL inclui o valor de estorno de despesas de Pasep/ Cofins e dos juros sobre o valor a recolher à Receita Federal do Brasil, contabilizados em 2019 de R\$ 19.040, referente ao período de 2014 a 2018, cujo saldo remanescente, após pagamentos iniciais em 2020, está em R\$ 13.527 em 31.03.2020.

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

Especificação	31.03.2020	31.03.2019
Resultado Antes dos Tributos e Participações	500.717	445.260
Encargo de 45% - IRPJ (25%) e CSLL (20%)	(225.323)	(178.174)
Demonstrativo de Carga Tributária:		
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(152.975)	(137.587)
Acréscimo/Decréscimo aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes:	(72.348)	(40.587)
PLR/JCP	(43.921)	(34.217)
Outras Rendas / FNE/Del Credere /Operações Repasse- Lei 7827-ART. 9º-A	(5.784)	(5.872)
Diferenças Temporárias - Outras Provisões (Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Outras Causas)	-	(33)
Diferenças Temporárias - Operações c/Reembolso Maior que 10 anos	140	(209)
Diferença de Alíquota - CSLL ⁽¹⁾	(27.354)	(0)
Demais (Incentivos Fiscais, Adições/Exclusões Permanentes)	4.571	(256)
Total da Carga Tributária Conciliada	(225.323)	(178.174)

⁽¹⁾ No ano de 2019 e até fevereiro de 2020 vigorou a alíquota de 15% e, a partir de março/2020, a alíquota da CSLL passou a ser de 20%, conforme EC nº105, de 13.11.2019.

Notas Explicativas

c) Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

Especificação	31.03.2020		31.12.2019		31.03.2020	31.12.2019
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Provisões (PCLD)						
Saldo Inicial	576.129	459.764	711.030	426.632	1.035.893	1.137.662
Constituição	94.215	61.883	261.288	270.845	156.098	532.133
Realização/Reversão	(73.220)	(43.944)	(396.189)	(237.713)	(117.164)	(633.902)
Saldo Final (Nota 10.d)	597.124	477.703	576.129	459.764	1.074.827	1.035.893
b) Rendas a Apropriar - Operações sem processo Judicial						
Saldo Inicial	2.115	1.661	2.101	1.261	3.776	3.362
Constituição	239	192	1.059	1.027	431	2.086
Realização/Reversão	(152)	(91)	(1.044)	(627)	(243)	(1.671)
Saldo Final (Nota 10.d)	2.202	1.762	2.115	1.661	3.964	3.776
c) Provisões – Operações Alongadas						
Saldo Inicial	1.004	798	-	-	1.802	-
Constituição	-	-	1.004	798	-	1.802
Realização/Reversão	(15)	(7)	-	-	(22)	-
Saldo Final (Notas 10.d)	988	791	1.004	798	1.779	1.802
d) Provisões Atuariais						
Saldo Inicial	280.414	223.378	269.396	161.638	503.792	431.034
Constituição	18.247	14.269	51.657	86.124	32.516	137.781
Realização/Reversão	(9.543)	(6.352)	(40.639)	(24.384)	(15.895)	(65.023)
Saldo Final (Notas 10.d)	289.118	231.295	280.414	223.378	520.413	503.792
e) Provisão para Programa de Incentivo ao Desligamento						
Saldo Inicial	-	-	14.667	8.800	-	23.467
Constituição	-	-	99	60	-	159
Realização/Reversão	-	-	(14.766)	(8.860)	-	(23.626)
Saldo Final	-	-	-	-	-	-
f) Provisões Contingenciais						
Saldo Inicial	139.368	111.349	98.781	59.268	250.717	158.049
Constituição	17.067	12.731	76.646	73.716	29.798	150.362
Realização/Reversão	(5.344)	(3.207)	(36.059)	(21.635)	(8.551)	(57.694)
Saldo Final (Nota 10.d)	151.091	120.873	139.368	111.349	271.964	250.717
g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)						
Saldo Inicial	-	-	5.398	3.239	-	8.637
Constituição	-	-	308	185	-	493
Realização/Reversão	-	-	(5.706)	(3.424)	-	(9.130)
Saldo Final	-	-	-	-	-	-
h) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	-	-	876	526	-	1.402
Realização/Reversão	-	-	(876)	(526)	-	(1.402)
Saldo Final	-	-	-	-	-	-
Efeito no Patrimônio Líquido						
i) TVM						
Saldo Inicial	130.286	101.143	173.455	106.009	231.429	279.464
Constituição	46.332	40.152	204.978	129.706	86.484	334.684
Realização/Reversão	(49.916)	(41.063)	(248.148)	(134.571)	(90.979)	(382.719)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	126.702	100.232	130.285	101.144	226.934	231.429
j) Ajustes de Avaliação Atuarial						
Saldo Inicial	577.129	461.703	287.504	172.502	1.038.832	460.006
Constituição	115	93	289.625	289.201	208	578.826
Realização/Reversão	(112.411)	(89.930)	-	-	(202.341)	-
Saldo Final (Nota 10.d)	464.833	371.866	577.129	461.703	836.699	1.038.832

Notas Explicativas

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de IRPJ e CSLL estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
1. Total das Diferenças Temporárias	6.693.831	6.991.153	6.693.831	6.991.153
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.673.458	1.747.788	1.338.767	1.392.996
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	1.505.356	1.576.160	1.204.290	1.258.652
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM	126.702	130.285	100.232	101.144
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3 + item 4) ⁽¹⁾	1.632.058	1.706.445	1.304.522	1.359.796
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	41.400	41.343	34.245	33.200

⁽¹⁾ Os créditos ativados encontram-se registrados em "Outros Créditos-Diversos"

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006, e considerando estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos, elaborado semestralmente

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 31.03.2020, estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾
2020	162.768	161.744	129.084	128.266	291.852	290.010
2021	160.330	155.475	128.264	124.381	288.594	279.856
2022	92.348	87.411	73.879	69.928	166.227	157.339
2023	96.697	88.269	77.358	70.615	174.055	158.884
2024	171.187	144.597	136.950	115.677	308.137	260.274
2025	115.144	95.607	92.115	76.486	207.259	172.093
2026	60.026	52.850	48.021	42.279	108.047	95.129
2027	65.840	58.380	52.672	46.704	118.512	105.084
2028	51.190	43.959	40.952	35.168	92.142	79.127
2029	72.252	65.036	57.801	52.029	130.053	117.065
Acima de 2029	584.276	582.501	467.426	466.003	1.051.702	1.048.504
Total	1.632.058	1.535.829	1.304.522	1.227.536	2.936.580	2.763.365

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.03.2020

Notas Explicativas

d) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	31.03.2020		31.12.2019		31.03.2020	31.12.2019
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	-	-	876	526	-	1.402
Realização/Reversão	-	-	(876)	(526)	-	(1.402)
Saldo Final (Notas 7.c e 16.d)	-	-	-	-	-	-
b) Decorrentes de Créditos Recuperados ⁽¹⁾						
Saldo Inicial	139.742	111.099	103.935	62.359	250.841	166.294
Constituição	6.932	6.053	35.930	48.813	12.985	84.743
Realização/Reversão	(232)	-	(123)	(73)	(232)	(196)
Saldo Final (Nota 16.d)	146.441	117.153	139.742	111.099	263.594	250.841
c) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	-	-	5.615	3.369	-	8.984
Constituição	-	-	308	185	-	493
Realização/Reversão	-	-	(5.923)	(3.554)	-	(9.477)
Saldo Final	-	-	-	-	-	-
d) Depreciação Diferida						
Saldo Inicial	16.179	12.923	11.200	6.720	29.102	17.920
Constituição	1.266	1.009	5.301	6.395	2.275	11.696
Realização/Reversão	(125)	(75)	(322)	(192)	(200)	(514)
Saldo Final (Notas 16.d)	17.320	13.857	16.179	12.923	31.177	29.102
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	971	774	994	597	1.745	1.591
Constituição	-	-	-	193	-	193
Realização/Reversão	(6)	(5)	(25)	(15)	(11)	(40)
Saldo Final (Nota 16.d)	965	769	971	774	1.734	1.745
e) TVM						
Saldo Inicial	230.471	182.852	64.156	39.065	413.323	103.221
Constituição	207.579	165.959	888.277	578.499	373.538	1.466.776
Realização/Reversão	(351.125)	(279.833)	(721.962)	(434.712)	(630.958)	(1.156.674)
Saldo Final (Notas 7.a.2 e 16.d)	86.925	68.978	230.471	182.852	155.903	413.323

⁽¹⁾ Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

Os valores totais das provisões dos Passivos Tributários, previstos para baixa, na posição de 31.03.2020, estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾
2020	21.453	21.297	16.600	16.475	38.053	37.772
2021	22.099	20.884	17.679	16.707	39.778	37.591
2022	22.953	20.471	18.362	16.377	41.315	36.848
2023	28.078	23.892	22.463	19.114	50.541	43.006
2024	22.028	17.439	17.622	13.951	39.650	31.390
2025	15.263	11.385	12.210	9.108	27.473	20.493
2026	11.127	7.821	8.902	6.257	20.029	14.078
2027	9.404	6.228	7.523	4.982	16.927	11.210
2028	3.562	2.223	2.850	1.778	6.412	4.001
2029	2.032	1.195	1.625	956	3.657	2.151
Acima de 2029	93.652	88.536	74.921	70.829	168.573	159.365
Total	251.651	221.371	200.757	176.534	452.408	397.905

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.03.2020.

e) Despesas Tributárias

Especificação	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep ⁽¹⁾	(81.821)	(70.298)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(9.525)	(8.820)
Outros Valores	(803)	(930)
Total (Nota 19.e)	(92.149)	(80.048)

Notas Explicativas

NOTA 21 - Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Especificação	31.03.2020		31.12.2019	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
a) Provisão para Contingências				
a.1) Fiscais (Nota 21 f.1.i)	3.243.415	17.953	3.762.943	17.815
i) Obrigação Legal	11.187	11.187	11.062	11.062
ii) Outras Obrigações-Diversas	3.232.228	6.766	3.751.881	6.753
Provável	6.766	6.766	6.753	6.753
Possível	3.187.113	-	3.577.567	-
Remota ⁽¹⁾	38.349	-	167.561	-
a.2) Trabalhistas	633.213	355.930	602.533	334.025
Provável (Nota 21 f.1.ii)	355.930	355.930	334.025	334.025
Possível	131.602	-	123.996	-
Remota	145.681	-	144.512	-
a.3) Causas Cíveis	8.038.141	200.613	7.716.331	176.738
Provável (Nota 21 f.1.iii)	200.613	200.613	176.738	176.738
Possível	1.898.449	-	1.865.136	-
Remota ⁽²⁾	5.939.079	-	5.674.457	-
a.4) Outras Contingências (Nota 21 f.1.iv)	1.121.707	34.820	1.088.651	33.860
i) Operações Securitizadas	3.953	3.953	4.015	4.015
ii) Outras	1.117.754	30.867	1.084.636	29.845
Provável	30.867	30.867	29.845	29.845
Possível	2.955	-	2.537	-
Remota	1.083.932	-	1.052.254	-

⁽¹⁾ O montante de contingência passiva relacionada às causas fiscais classificadas como risco remoto estava concentrado em 01 (um) processo que apresentava saldo de R\$ 130.762, na posição de 31.12.2019, que teve sua contingência totalmente revertida na posição de 31.03.2020.

⁽²⁾ O montante de contingência passiva relacionada às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 04 (quatro) processos que apresentam saldo de R\$ 3.392.126, na posição de 31.03.2020. Discriminação dos processos: i) contribuição extraordinária de benefício pós-emprego e pagamento de honorários advocatícios, R\$ 2.447.157 em 31.03.2020 (R\$ 2.338.498 em 31.12.2019); ii) lucro cessante e pagamento de taxa administrativa, R\$ 418.910 em 31.03.2020 (R\$ 400.309 em 31.12.2019); iii) repetição de indébito, lucro cessante e danos morais, R\$ 289.360 em 31.03.2020 (R\$ 276.512 em 31.12.2019); e iv) indenização por danos materiais e morais e lucros cessantes, R\$ 236.699 em 31.03.2020 (R\$ 226.189 em 31.12.2019).

⁽³⁾ O montante de contingência passiva relacionada às outras causas classificadas como risco remoto está concentrado em 01 (um) processo que apresenta saldo de R\$ 1.036.086, na posição de 31.03.2020 (R\$ 1.005.615 em 31.12.2019).

- b) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela área jurídica do Banco.
- c) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no quadro acima, têm como objeto de discussão os tributos municipais e federais.
- d) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Fiscal

Cinco ações que visam desconstituir auto de infração. As estimativas de perdas financeiras perfazem R\$ 2.829.478, em 31.03.2020 (R\$ 3.266.787 em 31.12.2019).

Cível

Ação que visa pagamento de multa e indenização por danos morais. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.03.2020, o montante de R\$ 528.692, sendo R\$ 528.534 classificado com risco possível e R\$ 158 com risco provável (R\$ 505.217, sendo R\$ 505.067 classificado com risco possível e R\$ 150 com risco provável, em 31.12.2019).

Notas Explicativas

Ação que visa indenização por danos morais e pagamento de honorários. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.03.2020, o montante de R\$ 173.110 (R\$ 165.424 em 31.12.2019).

Ação que visa pagamento de multa e danos morais coletivos. A estimativa de valor perfaz R\$ 102.229, na data base de 31.03.2020 (R\$ 97.690 em 31.12.2019).

Ação que visa pagamento de danos materiais e danos emergentes. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.03.2020, R\$ 83.477 (R\$ 79.770 em 31.12.2019).

Ação que visa pagamento de honorários advocatícios. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.03.2020, R\$ 82.595 (R\$ 78.928 em 31.12.2019).

Ação iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de valor perfaz, em 31.03.2020, R\$ 55.238 (R\$ 55.238 em 31.12.2019).

- e) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos estão assim representados:

Especificação	31.03.2020	31.12.2019
Demandas Trabalhistas	217.052	205.621
Demandas Fiscais	146.259	145.530
Demandas Cíveis	134.297	127.544
Outras Demandas	46	46
Contragarantia Operações Repasses BID	43.014	34.854
Total	540.668	513.595

Movimentação das Provisões

f.1) Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outras

Especificação	31.03.2020					31.12.2019				
	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão	Pagamento	Saldo Final	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão	Pagamento	Saldo Final
i) Fiscais (Notas 16.i e 21.a.1)	17.815	395	(255)	(2)	17.953	15.769	2.763	(655)	(62)	17.815
ii) Trabalhistas (Notas 16.i e 21.a.2)	334.025	33.184	(1.641)	(9.638)	355.930	206.531	172.883	(20.160)	(25.229)	334.025
iii) Cíveis (Notas 16.i e 21.a.3)	176.738	32.447	(3.836)	(4.736)	200.613	146.964	92.294	(34.395)	(28.125)	176.738
iv) Outras (Notas 16.i e 21.a.4)	33.860	1.150	(190)	-	34.820	32.466	44.557	(43.163)	-	33.860
Total	562.438	67.176	(5.922)	(14.376)	609.316	401.730	312.497	(98.373)	(53.416)	562.438

f.2) Provisões para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	31.03.2020				31.12.2019			
	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão/ Utilização/ Baixa	Saldo Final	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão/ Utilização/ Baixa	Saldo Final
i) FNE (Notas 9.f e 16.i)	2.747.591	318.595	(277.933)	2.788.253	2.989.707	1.360.240	(1.602.356)	2.747.591
ii) FDNE (Notas 9.f e 16.i)	1.234	12	(24)	1.222	1.222	64	(52)	1.234
iii) Proagro (Notas 9.f e 16.i)	-	-	-	-	7	-	(7)	-
Total	2.748.825	317.149	(276.499)	2.789.475	2.990.936	1.360.304	(1.602.415)	2.748.825

Notas Explicativas

NOTA 22 - Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em Reais)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	31.03.2020	31.12.2019
Máxima	44.349,57	44.349,57
Mínima	1.864,51	1.864,51
Média	11.813,52	11.690,10

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.12.2019
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual ⁽²⁾	235.120,51	1.107.062,84	17.708,76	70.835,04	16.623,18	66.492,72
Menor remuneração individual ⁽³⁾	192.021,90	734.481,75	13.569,96	54.279,84	13.569,96	54.279,84
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	221.188,76	927.343,84	15.409,43	60.346,98	14.791,25	57.219,53
Número de membros ⁽⁵⁾	7,33	6,25	6,00	5,33	5,00	5,17

⁽¹⁾ Valores aprovados em Assembleia Geral.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período, de cada órgão, pelo número de membros.

⁽⁵⁾ O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.

Em 31.03.2020, o número de funcionários do Banco totalizava 6.814 (6.802 em 31.12.2019), registrando-se um acréscimo de 0,18% no quadro de pessoal.

NOTA 23 - Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada na Resolução nº 4.424, do CMN, que recepcionou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as práticas e procedimentos contábeis adotados pelo Banco quanto aos benefícios pós-emprego.

a) Descrição dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência

O Banco é patrocinador de dois planos de previdência complementar, um plano do tipo Benefício Definido (BD) e um plano de Contribuição Variável (BD + CD), administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), entidade fechada de previdência complementar.

a.1.1) Plano BD

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, que se encontra fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999, oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes. Em termos gerais, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano, até a data de aposentadoria do participante.

a.1.2) Plano CV I

O plano CV I, classificado na modalidade de contribuição variável, conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria, e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda certa com prazo certo, na modalidade Contribuição Definida (CD), e a segunda na forma de renda vitalícia, na modalidade Benefício Definido (BD).

O plano CV I só poderá vir a apresentar déficit ou superávit atuarial após o início da concessão dos benefícios não programados, invalidez e morte, ou dos benefícios programados em fase de renda

Notas Explicativas

vitalícia. O plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciários mutualistas e com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, com o objetivo de suprir o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou morte do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos.

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed), denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém como política de benefícios um contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados já aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas por faixas etárias, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%, na forma do Acordo Coletivo de Trabalho 2018/2020. Os aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. A cada semestre, o Banco avalia atuarialmente o benefício que se constitui em subsídio indireto aos atuais aposentados.

a.4) Governança

São responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios. A Diretoria-Executiva é o órgão de administração da Capef, cabendo-lhe executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto da Capef, nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão. O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

A Camed tem como órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O corpo social, composto pelos associados, é o órgão supremo de decisão, com poderes para resolver todos os assuntos e negócios relativos ao pleno funcionamento e desenvolvimento da Camed. O Conselho Deliberativo da Camed é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa. Cabe a Diretoria Executiva executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente no Estatuto da Camed e nos regulamentos internos. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, precipuamente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

Os membros dos órgãos estatutários das duas Entidades são escolhidos de forma a conferir representatividade aos Participantes, aos Beneficiários Assistidos e aos Patrocinadores, com base nos critérios estabelecidos em seus Estatutos.

a.5) Estratégias de Confrontação de Ativos e Passivos

A Capef conta com áreas específicas para administração dos investimentos, além de assessoria de gestão que reforça o monitoramento dos riscos de investimentos. Os investimentos são acompanhados de modo a se verificar questões voltadas a enquadramentos, retornos dos ativos e acompanhamento da evolução da meta atuarial do plano. São realizados estudos que objetivam auxiliar os administradores do plano na escolha do portfólio mais adequado aos seus objetivos, levando em consideração as características e as particularidades dos ativos e a situação financeira do plano, permitindo-se que sejam feitos investimentos de longo prazo, sem comprometer as obrigações, bem como o atingimento da meta atuarial.

A Camed possui instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por

Notas Explicativas

meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O gerenciamento de riscos acompanha as alterações nos cenários de exposição a que a Camed está sujeita.

b) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.03.2020, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos previdenciários, BD e CVI, ao plano de assistência médica, plano Natural, e ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido.

c) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinador)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Resolução nº 09, de 08.10.1996, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE), registrando em 31.03.2020, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.03.2019, 1:1).

d) Exposição ao risco

O Passivo Atuarial do Banco, que registra as obrigações sobre os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV II / Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco Atuarial	É o risco do custo final dos benefícios adquiridos ser maior que os benefícios esperados. O Banco não possui alternativa a não ser aumentar suas contribuições ou persuadir os participantes a aceitar uma redução dos benefícios.
BD/ CV II / Natural	Risco dos investimentos	Está relacionado às variações nas taxas de juros e preços dos ativos que influenciam no desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios. Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá gerar um aumento do passivo atuarial.
BD/ CV II / Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco das premissas atuariais	Está relacionado à adoção de premissas atuarias não aderentes aos planos, quando do cálculo do valor presente da obrigação de benefício definido, resultando em impacto relevante no passivo atuarial.
BD/ CV II / Natural/Seguro de Vida em Grupo	Taxa de desconto	O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base nos rendimentos dos títulos públicos (NTN-B), conforme item 83 do CPC 33 (R1). Diminuição nos rendimentos desses títulos ocasiona elevação no passivo atuarial.
BD/ CV II / Natural	Riscos de Expectativa de Vida	Os planos de benefícios pós-emprego oferecem benefícios vitalícios, logo, aumento na expectativa de vida resulta em elevação do passivo atuarial.

e) Número de Participantes dos Planos de Benefícios Pós-emprego

Especificação	BD	CV I	CAMED	SEGURO
Participantes	1.248	5.358	6.290	4.771
Assistidos (Aposentados)	3.841	266	3.958	3.657
Assistidos (Pensionistas)	1.243	38	1.241	-
TOTAL	6.332	5.662	11.489	8.428

f) Obrigação Líquida

Especificação	31.03.2020	31.12.2019
Plano BD (Notas 16.i e 26.a.2)	994.865	931.871
Plano Natural (Notas 16.i e 26.a.2)	1.725.920	2.134.473
Seguro de Vida (Notas 16.i e 26.a.2)	295.018	363.829

Notas Explicativas

g) Valores Reconhecidos no Resultado

Especificação	01.01 a 31.03.2020				01.01 a 31.03.2019			
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	Seguro de Vida	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	Seguro de Vida
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(2.980)	321	(10.622)	(354)	(710)	319	(4.813)	142
2. Juros Líquidos	(14.653)	-	(37.848)	(6.531)	(12.574)	-	(30.253)	(3.289)
3. Total (item 1 + item 2)	(17.633)	321 ⁽¹⁾	(48.470) ⁽²⁾	(6.885) ⁽²⁾	(13.284)	319 ⁽¹⁾	(35.066) ⁽²⁾	(3.147) ⁽²⁾

⁽¹⁾ Esse valor foi registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais".

⁽²⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos: Plano Natural - 01.01 a 31.03.2020: R\$ 16; e 01.01 a 31.03.2019: R\$ 22 e Seguro de Vida em grupo - 01.01 a 31.03.2020: R\$ 1; e 01.01 a 31.03.2019: R\$ 2.

As contribuições referentes à parte CD do plano CV I foram contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
1. Contribuições (Parte CD) ⁽¹⁾	(14.851)	(13.768)

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos: Plano CV I - 01.01 a 31.03.2020: R\$ 30; e 01.01 a 31.03.2019: R\$ 57.

As despesas administrativas do plano BD estão contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
1. Despesas Administrativas	(1.462)	(1.568)

h) Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido

Para a posição de 31.03.2020 foram registrados no Patrimônio Líquido os ganhos (perdas) decorrentes das variações das taxas de juros, que passaram de 2,87% (31.12.2019) para 3,70% (31.03.2020) no plano BD, de 3,46% (31.12.2019) para 4,56% (31.03.2020) nos planos CV I, Natural e para o Seguro de Vida, com base nas análises de sensibilidade disponibilizadas nas avaliações atuariais da posição de 31.12.2019.

Especificação	31.03.2020				31.12.2019			
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	Seguro de Vida	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	Seguro de Vida
Ganhos (Perdas) atuariais	(63.839)	(695)	439.060	74.660	(351.822)	(2.932)	(595.180)	(208.564) ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do seguro de vida em grupo: 01.01 a 31.12.2019: (R\$ 1).

NOTA 24 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

- a) O Patrimônio Líquido do FNE, no montante de R\$ 91.663.716 (R\$ 89.289.553 em 31.12.2019), está registrado em conta de compensação do Banco, denominada "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados/FNE".
- b) As disponibilidades e os recursos comprometidos com operações de crédito, que representam as disponibilidades do FNE, no valor total de R\$ 23.416.599 (R\$ 22.691.198 em 31.12.2019), registrados no título "Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" são remunerados pela taxa extramercado. No período, a despesa com remuneração dessas disponibilidades foi de R\$ 223.896 (R\$ 361.721 em 31.03.2019).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1) nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
 - c.2) para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se as operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
 - c.3) o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em

Notas Explicativas

Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 147, de 05.04.2018. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base nas Leis nºs 12.716, de 21.09.2012 e 12.844, de 19.07.2013, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em "Provisão para Garantias Financeiras Prestadas" do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos 31.03.2020	Provisão em 31.03.2020 ⁽²⁾	Saldos 31.12.2019	Provisão em 31.12.2019 ⁽²⁾
AA	24.540.718	-	23.744.405	-
A	18.461.984	46.199	18.297.029	45.788
B	6.083.578	30.662	5.699.923	28.786
C	1.872.694	28.029	1.714.095	25.646
D	885.893	44.312	886.581	44.349
E	871.640	131.315	938.294	141.085
F	477.586	119.553	370.768	92.668
G	301.517	105.666	357.882	125.306
H	4.581.161	2.282.517	4.506.150	2.243.963
Total	58.076.771	2.788.253⁽¹⁾	56.515.127	2.747.591⁽¹⁾

⁽¹⁾ Em 31.03.2020, inclui R\$ 40.752 referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito com indícios de irregularidades (R\$ 44.715 em 31.12.2019)

⁽²⁾ Contemplam os efeitos das renegociações de operações de crédito, com base na Lei nº 13.340, de 28.09.2016, que autorizou a concessão de rebate e a repactuação de dívidas das operações de crédito rural contratadas até 31.12.2011, com recursos oriundos do FNE e recursos mistos do FNE com outras fontes.

- d) Para as contratações efetuadas após 30.11.1998, o *delcredere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *delcredere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *delcredere* foi de R\$ 445.062 (R\$ 376.774 em 31.03.2019).
- e) No período, a taxa de administração foi de R\$ 353.155 (R\$ 335.037 em 31.03.2019), calculada à base de 2,4% ao ano sobre o Patrimônio Líquido e apropriada mensalmente.
- f) A MP nº 812, convertida na Lei nº 13.682, de 19.06.2018, determinou as seguintes alterações, com vigência a partir de 2018:
- redução anual da taxa de administração à base de 0,3%, passando de 3% em 2018 para 1,5% a partir de 2023;
 - a base de cálculo é o Patrimônio Líquido do FNE, deduzido do saldo das disponibilidades de que trata o Artigo 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995, dos valores repassados ao Banco com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf de que tratam o Artigo 6º da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, e o regulamento (MCR-10) do Programa (grupos A/Microcrédito, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem 98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio);
 - o Banco fará jus ao percentual de 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos das disponibilidades de que trata o Art. 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995;
 - o montante a ser recebido pelo Banco em razão da taxa de administração, deduzido o valor da remuneração sobre as disponibilidades, poderá ser acrescido de até 20% (vinte por cento) com base no fator de adimplência referente aos empréstimos com risco operacional assumido integralmente pelo FNE ou com risco compartilhado entre o Banco e o Fundo, calculado de acordo com a metodologia de apuração do provisionamento para risco de crédito aplicável ao crédito bancário; e
 - a taxa de administração somada à remuneração sobre as disponibilidades ficam limitadas, em cada mês, a 20% (vinte por cento) do valor acumulado, até o mês de referência, das transferências de que trata a alínea c do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal, realizadas pela União.

Notas Explicativas

NOTA 25 - Fundo de Amparo ao Trabalhador(FAT)

O FAT é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade ⁽¹⁾	31.03.2020	31.12.2019
Proger-Urbano Investimento	017/2006	-	-
Protrabalho Investimento	004/2007	102.144	105.039
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)	001/2010	-	-
Total		102.144	105.039

As obrigações contraídas junto ao FAT, registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 17.204 (R\$ 18.823 em 31.12.2019) têm custo de captação com base na Taxa Média Selic (TMS) enquanto não aplicadas em operações de crédito. Com relação aos recursos liberados a remuneração é calculada com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para as operações contratadas até 31 de dezembro de 2017 e na Taxa de Longo Prazo (TLP) para os recursos relativos às operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2018, após a liberação para os mutuários finais e durante o período de vigência dos financiamentos. Os recursos disponíveis, remunerados com base na Taxa Média Selic, totalizam R\$ 1.382 (R\$ 1.105 em 31.12.2019).

As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat nºs 439/2005, 489/2006 e 801/2017, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade, acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Especificação	Tade ⁽¹⁾	Devolução de Recursos do FAT			31.03.2020		
		Forma ⁽²⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ou TLP ⁽⁴⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	-	-	-	-	-
FAT – Infraestrutura ⁽⁵⁾	18/2006	RA	-	-	-	-	-
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	1.073	7	1.382	15.822	17.204
PNMPO	01/2010	RA	765	6	-	-	-
Total (Nota 13.b e Nota 27.a.1)			1.838	13	1.382	15.822	17.204

Especificação	Tade ⁽¹⁾	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2019		
		Forma ⁽²⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ou TLP ⁽⁴⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	9.575	68	-	-	-
FAT – Infraestrutura ⁽⁵⁾	18/2006	RA	1.288	11	-	-	-
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	7.157	119	346	17.718	18.064
PNMPO	01/2010	RA	31.138	407	759	-	759
Total (Nota 13.b e Nota 27.a.1)			49.158	605	1.105	17.718	18.823

⁽¹⁾ Tade: Termo de Alocação de Depósito Especial.

⁽²⁾ RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo total);

⁽³⁾ Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS);

⁽⁴⁾ Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para operações contratadas até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para operações contratadas a partir de 01.01.2018.

⁽⁵⁾ Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 26 - Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado, de liquidez, da taxa de juros da carteira bancária – IRRBB e socioambiental. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

Notas Explicativas

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos é unificada no nível estratégico e específica nos níveis de suas unidades negociais e de suporte, observando o princípio da segregação das atividades. As unidades e suas responsabilidades básicas referentes à gestão de riscos são definidas, formalmente normatizadas e divulgadas no site de políticas e normas da instituição.

A atuação dessa estrutura leva em consideração o equilíbrio financeiro do banco e é pautada na política de integridade e ética da instituição e nos princípios de responsabilidade socioambiental, nas relações com seus clientes, parceiros, funcionários, acionistas, prestadores de serviços e sociedade.

Nesse propósito, a Gestão Integrada de Riscos do Banco incorpora, como princípio essencial, a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais da instituição. Disponibiliza informações que subsidiam as diversas instâncias decisórias do Banco a avaliar os riscos envolvidos e destina-se a orientar a gestão dos riscos que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais. Para isso, utiliza regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2020 a 2024, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 02.12.2019. É da responsabilidade da Diretoria de Controle e Riscos, o gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo CMN, em sua Resolução nº 4.557, de 23.02.2017. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no portal: www.bnb.gov.br.

Política Corporativa de Gestão de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, operacionais, de mercado, de liquidez, de taxa de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), de concentração e socioambiental. O Comitê de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva, e do Conselho de Administração, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que realiza o gerenciamento integrado de riscos, em nível corporativo, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Circular nº 3.678, de 31.10.2013, do Bacen, podem ser encontradas no portal: www.bnb.gov.br.

Notas Explicativas

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Especificação	Exposição	
	31.03.2020	31.12.2019
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	45.901.864	45.232.910
Público	1.169.039	1.080.003
Privado	44.732.825	44.152.907
Comércio	4.277.195	4.170.917
Comércio Exterior	777.950	776.651
Indústria	7.442.759	7.427.931
Infraestrutura	14.145.130	13.628.564
Microfinança Urbana	4.272.779	4.327.132
Pessoas Físicas	121.071	128.248
Rural	8.741.293	8.758.702
Outros Serviços	4.954.648	4.934.762
Operações de Mercado	47.339.336	46.250.525
Títulos Públicos Federais	43.305.109	43.360.635
Operações Compromissadas	6.491.845	6.382.342
Outras	36.813.264	36.978.293
Depósitos Interfinanceiros	389.883	75.991
Outros Títulos e Valores Mobiliários	1.397.685	1.025.081
Outras Operações	2.246.659	1.788.818
Demais Ativos	5.288.604	4.892.986
Total	98.529.804	96.376.421

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, monitorar, avaliar, reportar, controlar e mitigar o risco, de forma a manter a exposição ao risco de crédito em conformidade com os parâmetros definidos na Declaração de Appetite por Riscos - RAS. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, metodologia para segregação do ativo de crédito em problemático e não problemático, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de cálculo de despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral ou pela Diretoria Executiva.

Todas as operações de crédito, com exposição a risco para o banco, são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 3.230.050 (R\$ 3.283.834 em 31.12.2019). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 4.552.435 (R\$ 4.703.071 em 31.12.2019).

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

Notas Explicativas

O Banco utiliza-se de modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar sua capacidade de honrar os compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez da empresa à administração por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Especificação		31.03.2020(%)	31.12.2019(%)
Índice de Liquidez	Na data-base	689,38	931,37
	Média dos últimos 12 meses	871,50	854,15
	Máximo dos últimos 12 meses	2.834,55	1.114,25
	Mínimo dos últimos 12 meses	493,14	493,14

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, assim como a redução de receitas financeiras e elevação de despesas financeiras, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- Value at Risk (VaR)* de operações ativas e passivas das carteiras de negociação;
- variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (Δ EVE) da carteira bancária;
- variação do resultado da intermediação financeira (Δ NI) da carteira bancária;
- mapa de requerimentos mínimos de capital;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*backtesting*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
1% (um por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) como possibilidade de perda máxima da Carteira de Negociação; 15% (quinze por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (ΔEVE) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); 15% (quinze por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação do resultado da intermediação financeira (ΔNI) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); 8% (oito por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR), como limite máximo de exposições em moeda estrangeira.	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, o Ambiente de Gestão de Riscos emitirá um alerta à Diretoria Executiva, ao Comitê Corporativo de Gestão de Riscos e às áreas gestoras dos produtos/processos responsáveis pela exposição; Caso o nível de exposição ultrapasse o limite estabelecido, o Ambiente de Gestão de Riscos emitirá uma comunicação formal (alerta) ao Comitê de Gestão de Riscos, à Diretoria Executiva, ao Comitê de Riscos e de Capital e ao Conselho de Administração para avaliação e tomada de decisão visando a correção de rumos e adequação ao parâmetro de tolerância estabelecido na RAS.

Notas Explicativas

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	1.424.029	1.423.547	(482)	1.423.060	(969)
Carteira Bancária						
Cupom de Dólar	Redução do cupom	87.448	86.388	(1,060)	85.356	(2.092)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	3.966	3.965	(1)	3.964	(2)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	160.437	156.572	(3.865)	153.070	(7.367)
Cupom de IPCA	Aumento do cupom	130.878	135.187	4.309	188.350	57.472
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	81.609	80.139	(1.470)	78.768	(2.841)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(2.003.468)	(2.059.896)	(56.428)	(2.098.942)	(95.474)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	4.112.179	4.043.544	(68.635)	3.984.930	(127.249)

⁽¹⁾ Não se verificaram estimativas de perdas para esta carteira no Cenário 3.

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco de mercado considerados, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

e) Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, ou sistemas, incluindo o risco legal.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial mitigar a possibilidade e o impacto das perdas operacionais.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa, em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco atua em uma visão de processos e é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações de riscos nos processos de suporte e de negócios da Instituição, tendo como referência maior as Resoluções do Banco Central. Sob o enfoque qualitativo, são utilizadas metodologias de avaliação de riscos em processos, acompanhamento de ações de mitigação e relatórios gerenciais. Outra metodologia utilizada é a de auto avaliação de riscos e de controles em processos – *Risk and Control Self Assessment (RCSA)* que permite simular os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto. Além disso, permite a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter visão ampliada dos riscos em processos e aprimoramento do seu gerenciamento.

Notas Explicativas

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 30.709 (R\$ 47.271 em 31.12.2019 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	31.03.2020	31.12.2019	Especificação	31.03.2020	31.12.2019
Disponibilidades	2.016	1.939	Depósitos	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	22.276	24.441	Relações Interdependências	3.992	3.381
Operações de Crédito	528.944	423.461	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	73.126	59.338
Outros Créditos	1.112.738	879.654	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	517.996	431.861
			Outras Obrigações	1.101.569	882.186
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	1.665.974	1.329.495	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	1.696.683	1.376.766
Operações de Swap	-	-			
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	1.665.974	1.329.495	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	1.696.683	1.376.766

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos (5% do Patrimônio de Referência).

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Em 31.03.2020, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do IRRBB) de 13,55% (14,35% em 31.12.2019). O índice de Nível I ficou em 10,19% (10,44% em 31.12.2019) e o índice de Capital Principal em 8,84% (9,04% em 31.12.2019). O PR apurado foi de R\$ 8.057.608 (R\$ 8.265.588 em 31.12.2019), o Nível I ficou em R\$ 6.003.264 (R\$ 5.982.984 em 31.12.2019) e o Capital Principal em R\$ 5.207.375 (R\$ 5.181.944 em 31.12.2019), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 58.914.057 (R\$ 57.311.851 em 31.12.2019).

i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	31.03.2020	31.12.2019
Patrimônio de Referência (PR)	8.057.608	8.265.588
· Nível I	6.003.264	5.982.984
· Capital Principal	5.207.375	5.181.944
· Capital Complementar	795.889	801.040
· Nível II	2.054.344	2.282.604
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	58.914.057	57.311.851
· Parcela RWACPAD	47.683.500	46.532.628
· Parcela RWACAM	48.755	59.350
· Parcela RWAJUR	20.325	42.050
· Parcela RWACOM	4.475	4.375
· Parcela RWAOPAD	11.157.002	10.673.448
Margem sobre o PR Requerido	3.344.483	3.680.640
Capital para o Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (IRRBB)	43.772	21.535
Margem sobre o PR Requerido Considerando o IRRBB	3.300.711	3.659.105
Margem sobre o PR Nível I Requerido	2.468.420	2.544.273
Margem sobre o Capital Principal Requerido	2.556.242	2.602.911
Adicional de Capital Requerido- ACP (2,5%)	1.472.851	1.432.796
Margem sobre o Adicional de Capital Requerido	995.569	1.111.477
Índices de Basileia:		
· Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	8,84%	9,04%
· Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	10,19%	10,44%
· Índice de Patrimônio de Referência (Requerimento mínimo de 8,0%)	13,68%	14,42%
· Índice de Patrimônio de Referência incluindo IRRBB	13,55%	14,35%

Onde:

- RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.

Notas Explicativas

- RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	31.03.2020	31.12.2019
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	8.057.608	8.265.588
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	6.003.264	5.982.984
Capital Principal	5.207.375	5.181.944
Capital Social	5.569.988	3.813.000
Reservas de Lucros	894.457	2.651.514
Reservas de Capital e de Reavaliação	13.712	13.726
Contas de Resultado Credoras	2.735.318	-
Contas de Resultado Devedoras	(2.407.664)	-
Outros Resultados Abrangentes	(1.110.708)	(1.050.835)
Perdas ou Prejuízos Acumulados	(78.053)	-
Instrumentos de Dívida Elegível a Capital Principal	500.000	500.000
Ajustes Prudenciais	(909.675)	(745.461)
Ajuste Prudencial – Ativos Intangíveis	(721)	(563)
Ajuste Prudencial – Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(806.207)	(741.219)
Ajuste Prudencial – Diferença a Menor – Ajustes Res. CMN nº 4.277	(102.747)	(3.679)
Capital Complementar	795.889	801.040
Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar (Nota 16.g)	795.889	801.040
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II	2.054.344	2.282.604
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	2.054.344	2.282.604

O Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal, contratado com a União Federal, compõe o Patrimônio de Referência (PR) Nível I, na condição de Capital Principal do Banco, conforme autorização do Bacen. Esse instrumento, como previsto na Resolução nº 4.192/2013 do CMN, possui cláusula de recompra, que foi utilizada pelo Banco na concretização de amortização de um total de R\$ 500.000, dividido em duas parcelas de R\$ 250.000, devidamente autorizada pelo Bacen.

As Letras Financeiras Subordinadas no valor de R\$ 801.040, captadas em junho de 2019, foram autorizadas pelo Bacen a compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar. Essas letras atendem ao disposto no Artigo 10º da Resolução nº 4.733/2019 do CMN que permite a recompra de até 3% do seu valor contábil. No período, houve a recompra de Letras Financeiras no valor de R\$ 5.151.

O Instrumento de Dívida e as Letras Financeiras Subordinadas, citados anteriormente têm caráter de perpetuidade, não possuindo vencimento, conforme exigência da Resolução nº 4.192/2013 do CMN para que possam ser elegíveis ao Nível I do Patrimônio de Referência.

Os contratos de Dívida Subordinada firmados com o FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.192, de 01.03.2013, de acordo com o § 2º do seu artigo 23, serão elegíveis até sua amortização. Com a publicação da Resolução nº 4.679, de 31.07.2018, do CMN, esses contratos tiveram seus saldos congelados na posição de 30.06.2018 e serão excluídos do Nível II do PR à razão de 10% ao ano, a partir do exercício de 2020. Esses dois contratos, embora não seja exigência da Resolução nº 4.192/2013, também são perpétuos.

iii. Razão de Alavancagem (RA)

A Razão de Alavancagem, conforme metodologia aprovada pela Circular Bacen nº 3.748, de 27.02.2015, corresponde ao resultado da divisão do PR de Nível I, pela Exposição Total. A Razão de Alavancagem do Banco está demonstrada no quadro abaixo:

Especificação	31.03.2020	31.12.2019
PR Nível I	6.003.264	5.982.984
Exposição Total	97.453.545	96.438.083
Razão de Alavancagem (%)	6,16	6,20

Notas Explicativas

iv. Índice de Imobilização

O índice de imobilização do Banco, calculado na forma das disposições da Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, encontra-se demonstrado a seguir:

Especificação	31.03.2020	31.12.2019
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	8.057.608	8.265.588
Limite para Imobilização (50% do PR ajustado)	4.028.804	4.132.794
Situação	237.509	231.910
Margem	3.791.295	3.900.884
Índice de imobilização	2,95%	2,81%

NOTA 27- Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

A política de transações com partes relacionadas do Banco foi atualizada por deliberação do Conselho de Administração em reunião realizada em 08.08.2019 estando divulgada ao mercado. Dentre outras, a política dispõe que na realização de transações com partes relacionadas sejam aplicadas as condições e taxas compatíveis com as práticas de mercado, além de estabelecer orientações a serem observadas em potenciais conflitos de interesses.

No período, o Banco realizou transações bancárias com as partes relacionadas, tais como, depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações financeiras e operações de crédito.

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.03.2020	31.12.2019
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Notas 13.b e 25)	17.204	18.823
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.b)	1.160.120	1.167.737
Tesouro Nacional	514	505
BNDES	1.115.018	1.118.933
Finame	44.588	48.299
Outras Obrigações	27.279.300	26.756.657
FNE (Nota 16.f)	23.423.438	22.702.557
FDNE	665.214	662.590
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	107.675	96.311
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (Notas 16.g e 17)	500.000	750.000
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Notas 16.h e 17)	2.582.973	2.545.199
Total	28.456.624	27.943.217

a.2) Apresentam-se a seguir, os saldos das obrigações com Planos de Benefícios Pós-Emprego:

Especificação	31.03.2020	31.12.2019
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Notas 16.i e 23)	994.865	931.871
Plano de Assistência Médica (Notas 16.i e 23)	1.725.920	2.134.473
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Notas 16.i e 23)	295.018	363.829
Total	3.015.803	3.430.173

Notas Explicativas

a.3) As principais receitas e despesas com partes relacionadas estão relacionadas abaixo:

Especificação	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Depósitos a Prazo - FAT	(18.884)	(26.232)
Tesouro Nacional	(8)	(5)
BNDES	(34.769)	(20.015)
Finame	(930)	(585)
FMM	(14.559)	(4.156)
FNE	236.430	70.537
FDNE	6.430	6.469
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	(29.166)	(63.293)
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(37.773)	(43.751)
Plano de Aposentadoria e Pensão BD	(19.095)	(14.852)
Plano de Aposentadoria e Pensão CV I	(14.500)	(13.392)
Plano de Assistência Médica	(48.453)	(35.043)
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego	(6.883)	(3.144)

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2019
Honorários	1.154	1.075
Diretoria	1.018	926
Conselho de Administração	68	81
Conselho Fiscal	68	68
Outros	623	323
Total dos Benefícios de Curto Prazo	1.777	1.398
Benefícios Pós-Emprego	1	63
Total	1.778	1.461

O Banco oferta aos diretores, como benefícios pós-emprego, Planos de Previdência e de Assistência Médica, nas mesmas condições oferecidas aos empregados.

O Banco não concede empréstimos ou adiantamentos ao pessoal-chave da administração, conforme normas vigentes.

NOTA 28 - Outras Informações

a) Ações preventivas com vistas a minimizar os efeitos da pandemia COVID-19

Em comunicado ao mercado do dia 31.03.2020, o Banco informa sobre a adoção de ações preventivas que visam minimizar os efeitos da pandemia COVID-19, alinhadas às medidas recomendadas pelo Governo Federal, dando continuidade à missão de atuar como o Banco de desenvolvimento da Região Nordeste.

As medidas consistem em: prorrogação de prazos, repactuação, ampliação de carências, redução de tarifas e aumento de limites, sobre as modalidades de empréstimos e financiamentos, inclusive, Microcrédito, Capital de Giro e Crédito Direto ao Consumidor.

Os efeitos dessas medidas não produziram impactos relevantes sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias.

b) Declaração de Conformidade

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das Demonstrações Financeiras Intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão do Banco.

c) Aprovação das Demonstrações Financeiras Intermediárias

As Demonstrações Financeiras Intermediárias foram aprovadas pela Diretoria Executiva, por meio de reunião realizada em 21 de maio de 2020.

Fortaleza (CE), 21 de maio de 2020.

Notas Explicativas

A Diretoria

Obs.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, as informações correspondentes as demonstrações do resultado, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações do valor adicionado e notas explicativas foram alteradas em relação àquelas demonstrações financeiras intermediárias anteriormente divulgadas relativas aos períodos findos em 31 de março de 2019, pelas razões mencionadas na referida Nota Explicativa nº 3 e, portanto, estão sendo reapresentadas como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), individual, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 9 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de maio de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Renata Zanotta Calçada
Contador CRC-1RS062793/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, parágrafo 1º, Inciso VI, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor das demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 31 de março de 2020.

Fortaleza, 29 de maio de 2020

DIRETORIA: Romildo Carneiro Rolim (Presidente) – Antônio Jorge Pontes Guimarães Júnior (Diretor Financeiro e de Crédito) – Claudio Luiz Freire Lima (Diretor de Administração) - Cornélio Farias Pimentel (Diretor de Controle e Risco) - Perpétuo Socorro Cajazeiras (Diretor de Planejamento) – Wanger Antônio de Alencar Rocha (Diretor de Negócios)

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, parágrafo 1º, Inciso V, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor do Relatório, exarado em 29 de maio de 2020, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 31 de março de 2020.

Fortaleza, 29 de maio de 2020

DIRETORIA: Romildo Carneiro Rolim (Presidente) – Antônio Jorge Pontes Guimarães Júnior (Diretor Financeiro e de Crédito) – Claudio Luiz Freire Lima (Diretor de Administração) - Cornélio Farias Pimentel (Diretor de Controle e Risco) - Perpétuo Socorro Cajazeiras (Diretor de Planejamento) – Wanger Antônio de Alencar Rocha (Diretor de Negócios)